



Ministério da Educação – MEC
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Pró-reitora Administrativa - PRA
Coordenação de Finanças e Contabilidade – CFC
Contadoria Geral - CONTGER

RELATÓRIO CONTÁBIL

1º Trimestre/2022

- ✓ *Demonstrações Contábeis*
- ✓ *Notas Explicativas*

REITORA UFPEL

Isabela Fernandes Andrade - Gestão 2021/2024

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Hartlebem Peter - Gestão 2021/2024

COORDENADORA DA COORDENAÇÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE- CFC

Fernanda e Silva Rodrigues

CONTADOR GERAL DA UFPEL

Leonardo Pinto Ortiz
CRC RS 089096

CHEFE NÚCLEO FINANCEIRO – NUFINC

Cristiane Medianeira Canabarro Flores Hubner

CHEFE SEÇÃO CONTÁBIL - SCONT

Giovani Luiz Garcia Costantini
CRC RS 082667

CHEFE SEÇÃO DE ANÁLISE E REGISTRO CONTÁBIL DOS CONTRATOS – SARCC

Alexandre Doro Bittencourt
CRC RS 082170

CHEFE SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DA DESPESA – SLD

Fernanda Patzlaff Neuenfeld

CHEFE SEÇÃO DE PAGAMENTOS - SPAG

Gabriel Monteblanco Leal

CHEFE SEÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS - SDP

Anderson Chollet

CONTATO CFC

cfc@ufpel.edu.br

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	1
1.1 Balanço Patrimonial.....	1
1.2 Balanço Orçamentário.....	4
1.3 Balanço Financeiro	7
1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO	13
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL	13
2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	14
2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	14
3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	17
3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.....	17
3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário.....	27
3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro	35
3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais	39
3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC	45

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na revisão analítica, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades gestoras vinculadas a UFPel, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO			1º tri 2022	4º tri 2021
ATIVO CIRCULANTE		NE	60.815.652,50	70.794.030,47
Caixa e Equivalentes de Caixa			42.949.736,67	56.214.582,57
Créditos a Curto Prazo			17.177.079,31	14.006.748,81
Clientes			5.619,82	5.619,82
Demais Créditos e Valores			17.171.459,49	14.001.128,99
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			-	-
Estoques	01		678.081,66	559.351,34
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			-	-
VPDs Pagas Antecipadamente			10.754,86	13.347,75
ATIVO NÃO CIRCULANTE			677.542.449,32	675.321.901,23
Ativo Realizável a Longo Prazo			-	-
Estoques			-	-
Investimentos			97.346,71	97.346,71
Participações Permanentes			97.346,71	97.346,71
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial			97.346,71	97.346,71
Propriedades para Investimento			-	-
Propriedades para Investimento			-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			-	-
Demais Investimentos Permanentes			-	-
Demais Investimentos Permanentes			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.			-	-
Imobilizado	02		676.957.754,48	674.748.956,05
Bens Móveis			165.337.477,10	164.033.298,45
Bens Móveis			179.473.331,75	178.169.153,10
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis			-14.135.854,65	-14.135.854,65
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			-	-
Bens Imóveis			511.620.277,38	510.715.657,60
Bens Imóveis			519.100.485,09	518.050.676,69
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis			-7.480.207,71	-7.335.019,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			-	-
Intangível	03		487.348,13	475.598,47
Softwares			487.348,13	475.598,47
Softwares			487.348,13	475.598,47
(-) Amortização Acumulada de Softwares			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais			-	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.			-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.			-	-

Direitos de Uso de Imóveis		-		-
Direitos de Uso de Imóveis		-		-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-		-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-		-
Diferido		-		-
TOTAL DO ATIVO		738.358.101,82		746.115.931,70

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO		NE	1º tri 2022	4º tri 2021
PASSIVO CIRCULANTE			166.182.465,87	168.793.787,45
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	52.151.266,13	59.992.957,91	
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		2.461.259,72	1.274.604,83	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.238,10	2.238,10	
Transferências Fiscais a Curto Prazo		1.586.070,00	1.586.070,00	
Provisões a Curto Prazo		-	-	
Demais Obrigações a Curto Prazo		109.981.631,92	105.937.916,61	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.088.558,02	5.459.939,03	
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		458.926,18	417.993,63	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	04	-	-	
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		4.358.167,20	4.842.408,00	
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-	
Provisões a Longo Prazo		-	-	
Demais Obrigações a Longo Prazo		271.464,64	199.537,40	
Resultado Diferido		-	-	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		171.271.023,89	174.253.726,48	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO			1º tri 2022	4º tri 2021
Patrimônio Social e Capital Social		-	-	
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-	
Reservas de Capital		-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	
Reservas de Lucros		-	-	
Demais Reservas		-	-	
Resultados Acumulados		567.087.077,93	571.862.205,22	
Resultado do Exercício		294.180,58	49.001.132,39	
Resultados de Exercícios Anteriores		571.862.205,22	523.433.846,32	
Ajustes de Exercícios Anteriores	05	-5.069.307,87	-572.773,49	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		567.087.077,93	571.862.205,22	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		738.358.101,82	746.115.931,70	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	1º tri 2022	4º tri 2021	ESPECIFICAÇÃO	1º tri 2022	4º tri 2021
ATIVO FINANCIERO	42.949.736,67	56.214.582,57	PASSIVO FINANCIERO	534.976.096,81	75.815.970,62
ATIVO PERMANENTE	695.408.365,15	689.901.349,13	PASSIVO PERMANENTE	126.236.848,52	116.783.670,41
			SALDO PATRIMONIAL	77.145.156,49	553.516.290,67



QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	1º tri 2022	4º tri 2021	ESPECIFICAÇÃO	NE	1º tri 2022	4º tri 2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	64.097.048,04	57.718.724,88	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		121.579.146,45	104.358.187,57
Atos Potenciais Ativos	64.097.048,04	57.718.724,88	Atos Potenciais Passivos		121.579.146,45	104.358.187,57
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.272.168,15	4.323.837,68	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conveniados e Outros	58.999.380,95	52.569.388,26	Obrigações Conveniadas e Outros		6.012.884,16	6.012.884,16
Instrumentos Congêneres			Instrumentos Congêneres			
Direitos Contratuais	825.498,94	825.498,94	Obrigações Contratuais		115.566.262,29	98.345.303,41
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL	64.097.048,04	57.718.724,88	TOTAL		121.579.146,45	104.358.187,57

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-331.746.383,39
Recursos Vinculados	-160.279.976,75
Educação	-322.057,77
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.781.280,55
Previdência Social (RPPS)	-157.987.680,13
Dívida Pública	-1.445.979,05
Alienação de Bens e Direitos	25.170,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.231.850,75
TOTAL	-492.026.360,14

1.2 Balanço Orçamentário

Período: 1º trimestre 2022

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	08	2.460.537,00	2.460.537,00	789.497,75	-1.671.039,25
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		291.413,00	291.413,00	42.505,61	-248.907,39
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		267.562,00	267.562,00	34.883,34	-232.678,66
Valores Mobiliários		23.851,00	23.851,00	7.622,27	-16.228,73
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		23.256,00	23.256,00	480,00	-22.776,00
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		2.121.969,00	2.121.969,00	653.745,00	-1.468.224,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		2.121.969,00	2.121.969,00	653.745,00	-1.468.224,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Outros Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	72.394,46	72.394,46
Outras Receitas Correntes		23.899,00	23.899,00	20.372,68	-3.526,32
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		23.899,00	23.899,00	7.313,97	-16.585,03
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	13.058,71	13.058,71
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital		-	-	-	-
Demais Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		1.130.531,00	1.130.531,00	-	-1.130.531,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Alienação de Bens		149.290,00	149.290,00	-	-149.290,00
Alienação de Bens Móveis		149.290,00	149.290,00	-	-149.290,00
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		981.241,00	981.241,00	-	-981.241,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Integralização do Capital Social		-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil		-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional		-	-	-	-
Demais Receitas de Capital		-	-	-	-



SUBTOTAL DE RECEITAS		3.591.068,00	3.591.068,00	789.497,75	-2.801.570,25
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobilária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		3.591.068,00	3.591.068,00	789.497,75	-2.801.570,25
DEFÍCIT	09			668.796.073,18	668.796.073,18
TOTAL		3.591.068,00	3.591.068,00	669.585.570,93	665.994.502,93
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	-	-	-
Superavit Financeiro		-	-	-	-
Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		863.968.453,00	863.968.453,00	669.085.139,12	194.152.696,76	151.970.415,16	194.883.313,88
Pessoal e Encargos Sociais		756.813.954,00	756.813.954,00	628.761.254,93	172.561.718,73	134.090.139,08	128.052.699,07
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		107.154.499,00	107.154.499,00	40.323.884,19	21.590.978,03	17.880.276,08	66.830.614,81
DESPESAS DE CAPITAL		5.149.719,00	5.149.719,00	500.431,81	328.331,15	305.478,37	4.649.287,19
Investimentos		5.149.719,00	5.149.719,00	500.431,81	328.331,15	305.478,37	4.649.287,19
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		869.118.172,00	869.118.172,00	669.585.570,93	194.481.027,91	152.275.893,53	199.532.601,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		869.118.172,00	869.118.172,00	669.585.570,93	194.481.027,91	152.275.893,53	199.532.601,07
TOTAL	10	869.118.172,00	869.118.172,00	669.585.570,93	194.481.027,91	152.275.893,53	199.532.601,07

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - NE [11](#)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	2.844.019,36	2.813.534,58	2.157.297,75	1.949.957,08	8.548,04	3.699.048,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.844.019,36	2.813.534,58	2.157.297,75	1.949.957,08	8.548,04	3.699.048,82
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	10.780.849,30	1.908.242,43	1.342.690,34	1.197.019,75	-	11.492.071,98
Inversões Financeiras	10.780.849,30	1.908.242,43	1.342.690,34	1.197.019,75	-	11.492.071,98
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.624.868,66	4.721.777,01	3.499.988,09	3.146.976,83	8.548,04	15.191.120,80



ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	87.728,81	56.263.597,59	54.917.545,99	-	1.433.780,41
Pessoal e Encargos Sociais	-	52.312.207,78	52.312.207,78	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	87.728,81	3.951.389,81	2.605.338,21	-	1.433.780,41
DESPESAS DE CAPITAL	7.310,75	973.381,66	84.158,26	-	896.534,15
Investimentos	7.310,75	973.381,66	84.158,26	-	896.534,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	95.039,56	57.236.979,25	55.001.704,25	-	2.330.314,56

1.3 Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	1º tri 2022	1º tri 2021
Receitas Orçamentárias	12	789.497,75	462.138,52
Ordinárias		-	-
Vinculadas		789.497,75	462.818,52
Educação		2.696,33	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.266,70	
Previdência Social (RPPS)		-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		785.534,72	462.818,52
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-680,00
Transferências Financeiras Recebidas		205.772.923,36	200.873.913,84
Resultantes da Execução Orçamentária		202.870.644,85	191.984.382,61
Repasso Recebido		193.485.657,37	181.996.904,21
Sub-repasso Recebido		9.384.987,48	9.987.478,40
Independentes da Execução Orçamentária		2.902.278,51	8.889.531,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.781.732,73	8.096.628,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais		120.545,78	792.903,10
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários		517.728.779,04	234.587.348,67
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		42.205.134,38	42.907.601,13
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		475.104.543,02	191.593.060,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		231.999,86	14.626,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários		187.101,78	72.060,01
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		16.699,11	7.639,41
Arrecadação de Outra Unidade		170.402,67	64.420,60
Saldo do Exercício Anterior		56.214.582,57	58.347.197,38
Caixa e Equivalentes de Caixa		56.214.582,57	58.347.197,38
TOTAL		780.505.782,72	494.270.598,41



DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	1º tri 2022	1º tri 2021
Despesas Orçamentárias		669.585.570,93	374.910.130,79
Ordinárias		453.107.615,34	221.055.272,08
Vinculadas		216.477.955,59	153.854.858,71
Educação		2.325.689,39	1.914.331,17
Seguridade Social (Exceto Previdência)		28.322,47	131.523.574,30
Previdência Social (RPPS)		214.056.951,37	20.381.471,55
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		66.992,36	35.481,69
Transferências Financeiras Concedidas		9.580.772,98	12.024.349,66
Resultantes da Execução Orçamentária		9.386.407,28	9.997.818,02
Repasso Concedido		1.419,80	3.833,40
Sub-repasso Concedido		9.384.987,48	9.987.478,40
Repasso Devolvido			6.506,22
Independentes da Execução Orçamentária		194.365,70	2.026.531,64
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.000,00	1.945.534,88
Demais Transferências Concedidas			15.896,16
Movimento de Saldos Patrimoniais		174.365,70	65.100,60
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
Pagamentos Extraorçamentários		58.389.702,14	61.121.608,14
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		55.001.704,25	52.725.527,05
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		3.146.976,83	8.380.711,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		241.021,06	15.369,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		42.949.736,67	46.214.509,82
Caixa e Equivalentes de Caixa		42.949.736,67	46.214.509,82
TOTAL	13	780.505.782,72	494.270.598,41

1.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	1º tri 2022	1º tri 2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	213.555.955,49	217.160.970,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		689.108,34	450.521,10
Venda de Mercadorias		1.515,00	11.757,00
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		687.593,34	438.764,10
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		7.662,05	6.044,20
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		7.662,05	6.044,20
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		208.658.700,91	201.807.537,09
Transferências Intragovernamentais		205.772.923,36	200.873.913,84
Transferências Intergovernamentais		45.212,96	-
Transferências das Instituições Privadas		27.181,50	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.813.383,09	933.623,25
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.009.708,84	14.826.895,88
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		4.009.708,84	14.826.895,88
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		190.775,35	69.972,70
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		190.775,35	69.972,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	213.261.774,91	209.415.221,48
Pessoal e Encargos		122.256.098,18	117.069.761,84
Remuneração a Pessoal		95.929.978,37	91.324.736,29
Encargos Patronais		22.219.319,36	21.721.092,16
Benefícios a Pessoal		4.106.800,45	4.023.933,39
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-

Benefícios Previdenciários e Assistenciais		63.170.590,19	61.520.866,79
Aposentadorias e Reformas		51.965.767,60	50.977.629,06
Pensões		9.263.620,30	8.563.542,24
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.941.202,29	1.979.695,49
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.940.925,95	9.738.013,10
Uso de Material de Consumo		1.099.809,59	1.237.554,15
Serviços		7.695.927,74	8.388.339,82
Depreciação, Amortização e Exaustão		145.188,62	112.119,13
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		493.180,78	375.337,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		323.377,58	248.292,40
Variações Monetárias e Cambiais		169.803,20	127.044,90
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		11.754.037,35	12.699.692,17
Transferências Intragovernamentais		9.580.772,98	12.024.349,66
Transferências Intergovernamentais		-	625.000,00
Transferências a Instituições Privadas		54.795,46	50.342,51
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.118.468,91	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.199.370,55	4.195.411,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		198,96	6.899,92
Incorporação de Passivos		3.199.171,59	4.183.639,03
Desincorporação de Ativos		-	4.872,30
Tributárias		4.158,98	7.322,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.273,47	508,07
Contribuições		1.885,51	6.814,21
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		-	-
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.443.412,93	3.808.816,75
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		3.443.216,93	3.808.816,75
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		196,00	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	16	294.180,58	7.745.749,49

1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	NE	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		-11.678.189,52	-9.842.814,80
INGRESSOS			
Receita Tributária		206.964.823,64	201.415.099,90
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		42.505,61	52.073,00
Receita Agropecuária		480,00	11.500,00
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		653.745,00	386.948,10
Remuneração das Disponibilidades		-	6.065,32
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.372,68	5.552,10
Transferências Recebidas		72.394,46	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		72.394,46	-
Outros Ingressos Operacionais		206.175.325,89	200.952.961,38
Ingressos Extraorçamentários		231.999,86	14.626,94
Transferências Financeiras Recebidas		205.772.923,36	200.873.913,84
Arrecadação de Outra Unidade		170.402,67	64.420,60
DESEMBOLSOS			
Pessoal e Demais Despesas			
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-56.725.176,96	-54.632.109,45
Saúde		-44.608,04	-100.309,47
Trabalho		-	-
Educação		-129.950.956,19	-122.156.214,86
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-51.400,02	-721.547,75
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-400,05	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-85.966,80	-115.859,13
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		16.699,11	7.639,41
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas			
Intergovernamentais		-	-

A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-21.950.261,00	-21.475.936,06
Outras Transferências Concedidas		-29.149,17	-23.858,17
Outros Desembolsos Operacionais		-9.821.794,04	-12.039.719,22
Despêndios Extraorçamentários		-241.021,06	-15.369,56
Transferências Financeiras Concedidas		-9.580.772,98	-12.024.349,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.586.656,38	-2.289.872,76
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-1.586.656,38	-2.289.872,76
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.574.925,72	-2.289.872,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-11.730,66	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-13.264.845,90	-12.132.687,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		56.214.582,57	58.347.197,38
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		42.949.736,67	46.214.509,82

2. NOTAS EXPLICATIVAS – ABRANGÊNCIA E CONTEÚDO

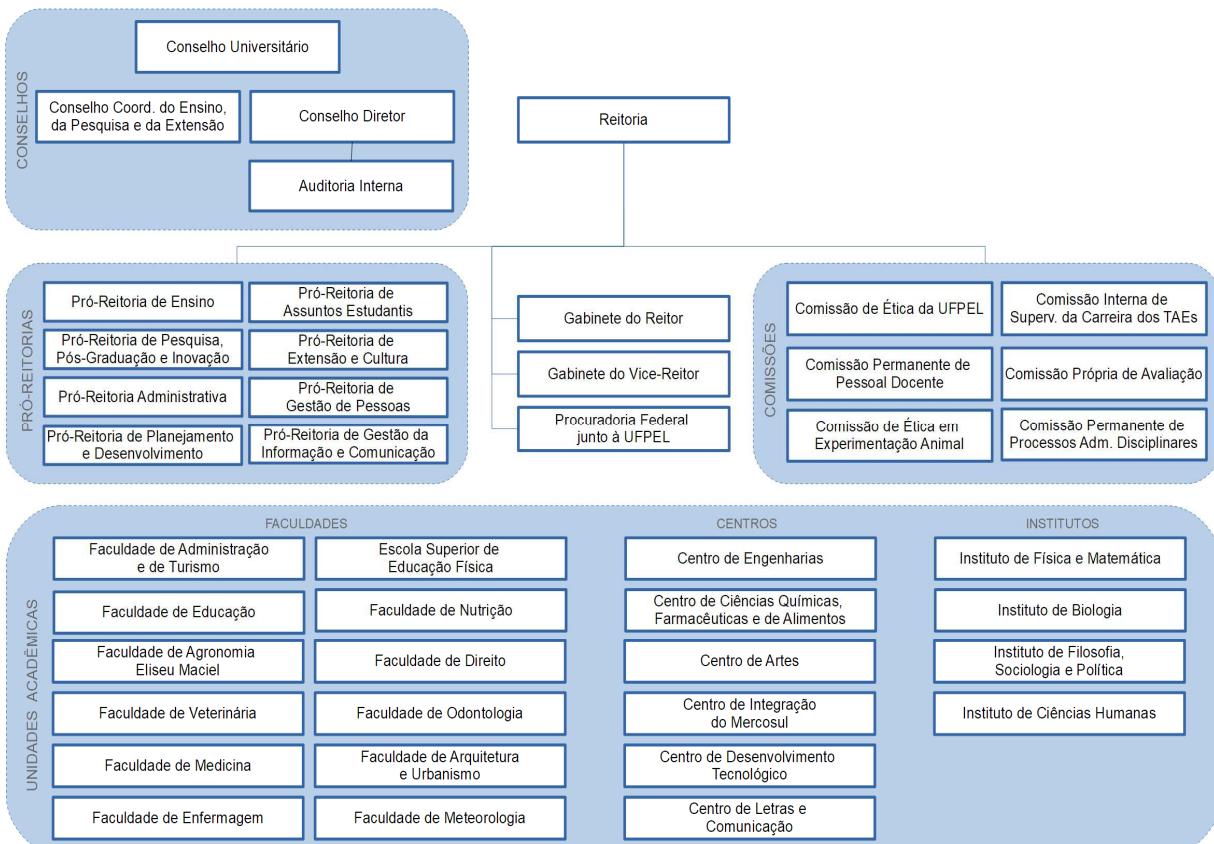
2.1 Estrutura Organizacional da UFPEL

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas está prevista no seu Estatuto e Regimento. Compõem a Universidade a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Suplementares.

Os órgãos da Administração Superior da Universidade são o Conselho Diretor da Fundação (CONDIR), o Conselho Universitário (CONSUN), o Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) e a Reitoria. O Conselho Universitário é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa. Já Conselho Diretor que se constitui em órgão angariador de recursos, supervisor da gestão econômico-financeira e responsável principal pelas relações entre a Universidade e a Comunidade. O COCEPE é órgão central de supervisão do ensino e da pesquisa com funções consultiva, normativa e deliberativa.

No que tange a Reitoria, exercida pelo Reitor, é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades universitárias, cabendo-lhe a competência que não seja privativa dos demais órgãos. Esta unidade compreende os Gabinete do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias e também as Comissões. Ressalta-se, que a UFPel criou no ano de 2018, através da Resolução nº 10, de 22 de agosto de 2018 do CONSUN, o Conselho de Planejamento da UFPel (COPLAN). Este novo Conselho é constituído como órgão consultivo e propositivo da Universidade e se responsabiliza por refletir e planejar o futuro da instituição. Por fim, as unidades acadêmicas são organizadas em Faculdades e Escolas, Institutos ou Centros e são onde os departamentos e cursos, tanto de graduação como pós-graduação, estão localizados e onde as atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e o desenvolvimento tecnológico) da instituição são desenvolvidas. A Figura 1, abaixo, apresenta uma visão geral do organograma com a estrutura organizacional do Órgão.

Figura 1 – Estrutura organizacional da Universidade Federal de Pelotas



Fonte: <http://portal.ufpel.edu.br/organograma/>



2.2 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Hospital Escola da UFPEL (HE).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- VI. Notas Explicativas (NE)

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

2.3 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e por consequência na UFPEL, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens Móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.



(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

(m) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados: Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

(1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Essa, evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFPEL e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para UFPEL, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.



(2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou os decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

(3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro (BF), é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

3. NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

Nota 01 – Estoques

Os estoques são ativos, podendo assumir várias formas e serem mantidos para determinados fins. No caso da UFPEL, os estoques estão na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo histórico. Neste sentido, os bens do almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei 4.320/1964.

A UFPEL ao final do 1º trimestre de 2022 apresenta saldo de aproximadamente R\$ 678 mil em itens de estoques. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do grupo da conta Estoques:

Tabela 1 – Estoques – Composição - R\$

UG Executora	Conta Corrente	1º tri 2022	4º tri 2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	GENEROS DE ALIMENTACAO	6.864,56	9.539,85	(28,04)
	MATERIAL QUIMICO	46.471,21	48.876,68	(4,92)
	MATERIAL DE EXPEDIENTE	197.518,57	154.899,69	27,51
	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	7.113,46	6.936,41	2,55
	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.468,20	0,00	-



MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.321,17	3.869,14	(14,16)
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	258.844,19	232.886,45	11,15
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.195,00	70,00	1.607,14
MATERIAL ELETTRICO E ELETTRONICO	15.237,02	9.982,93	52,63
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	106.260,34	65.440,86	62,38
MATERIAL P/ AUDIO, VIDEO E FOTO	1.965,70	1.009,50	94,72
MATERIAL HOSPITALAR	18.478,57	12.475,85	48,11
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	13.343,67	13.363,98	(0,15)
Total	678.081,66	559.351,34	21,23

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 1, o saldo contábil dos estoques variou positivamente 21,23% ao término do 1º trimestre de 2022 em relação ao final do 4º trimestre de 2021. Dentre os materiais de consumo que influenciaram a elevação nos saldos dos estoques, destaca-se os itens que compõe o “Material de Expediente”, cujo o aumento é de 27,51% no período.

Além dos materiais de expediente, os materiais de proteção e segurança apresentaram elevação de saldo ao final do 1º trimestre de 2022, o que também contribuiu para a elevação do saldo de estoque. Tais aquisições estão relacionadas, sobretudo, a aquisição de aventais, máscaras e demais itens para auxiliar o combate a COVID-19.

Nota 02 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Ao término do 1º trimestre de 2022 a Universidade Federal de Pelotas registrou um saldo aproximado de R\$ 667 milhões relacionados a ativo imobilizado, desse total, 75,88% estão alocados em bens imóveis e 24,12% em bens móveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado nos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 2 – Imobilizado – Composição R\$ 1,00

IMOBILIZADO	31/03/2022	31/12/2021	AH%
Bens Móveis	165.337.477,10	164.033.298,45	0,80
(+) Valor Bruto Contábil	179.473.331,75	178.169.153,10	0,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.135.854,65	-14.135.854,65	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	511.620.277,38	510.715.657,60	0,18
(+) Valor Bruto Contábil	519.100.485,09	518.050.676,69	0,20
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.480.207,71	-7.335.019,09	1,98
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	676.957.754,48	674.748.956,05	0,33

Fonte: SIAFI 2022.

Com base na tabela 2, houve aumento no saldo do imobilizado da ordem de 0,33%, o que representa um acréscimo líquido de aproximadamente R\$ 2,2 milhões ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Esse aumento está relacionado, sobretudo, com aquisição de bens móveis, dado que

esse grupo de ativos apresenta variação positiva de 0,73% no período. A seguir, o grupo de bens móveis é melhor detalhado.

Bens Móveis

Os bens móveis contabilizados no órgão em 31/03/2022 totalizaram um valor bruto contábil de aproximadamente R\$ 179 milhões, um acréscimo da ordem de 0,73% em relação ao 4º trimestre de 2021 e estão detalhados nas contas contábeis conforme tabela a seguir.

Tabela 3 – Bens Móveis – Composição – composição R\$ 1,00

BENS MÓVEIS	1º tri 2022	4º tri 2021	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	93.719.642,68	92.956.244,08	0,82
Bens de Informática	35.019.477,07	34.821.012,59	0,57
Móveis e Utensílios	20.643.523,01	20.559.980,95	0,41
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.048.619,58	14.015.295,11	0,24
Veículos	9.461.621,43	9.237.852,39	2,42
Pecas e Conjuntos de Reposição	1.850,00	1.850,00	0,00
Bens Móveis em Andamento	6.218.296,42	6.218.296,42	0,00
Armamentos	3.670,01	3.670,01	0,00
Semeventes e Equipamentos de Montaria	105.066,65	105.066,65	0,00
Demais Bens Móveis	251.564,90	249.884,90	0,67
Depreciação / Amortização Acumulada	(14.135.854,65)	(14.135.854,65)	0,00
Total	165.337.477,10	164.033.298,45	0,80

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação a tabela 3, observa-se uma variação positiva de 0,80% no saldo líquido dos bens móveis ao final do 1º trimestre de 2021. Esse aumento é influenciado principalmente, pelas contas “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas” e “Veículos”, que somados seus saldos, apresentam um acréscimo patrimonial de aproximadamente R\$ 987 mil ao final de março de 2022.

Ao verificar a elevação no saldo na contábil da conta “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, constata-se que foi influenciada, principalmente, pelo ingresso de equipamentos e utensílio médicos, odontológicos e hospitalar. Nestes itens, registra-se um aumento de cerca de R\$ 526 mil, sendo que esses bens são oriundos tanto de aquisições diretas, quanto de recebimentos de fundações de apoio sob o regime de comodato.

No que tange a depreciação dos bens móveis, esta segue praticamente sem variação no período, visto que o sistema patrimonial utilizado pelo Órgão para registro dos bens móveis não efetua o cálculo de depreciação adequadamente. No exercício de 2015 foram registrados os últimos lançamentos de depreciação e nos anos posteriores não houve evidenciação, devido as falhas do sistema de registro patrimonial ao gerar as informações de depreciação dos bens móveis.

Em novembro de 2018 o Ministério do Planejamento institui a obrigatoriedade de utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) para todos os órgãos da administração pública federal através da Portaria nº 385, de 28/11/2018, D.O.U 29/11/2018, seção I, página 85. Conforme Portaria, as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas têm o prazo de dois anos para implantação do referido sistema. Isso é reforçado pela Portaria do Ministério da Economia nº 232, de 02/06/2020, que determina a adoção do sistema até 01/12/2021 para as autarquias, fundações e empresas públicas dependentes. Nesse sentido, a UFPEL estimava implantar parcialmente o SIADS em fevereiro de 2022, contudo, o sistema ainda não está em utilização na UFPEL.

Bens Imóveis

O saldo líquido dos Bens Imóveis da Universidade Federal de Pelotas em 31/03/2022 totalizaram aproximadamente R\$ 511 milhões e estão elencados nas contas contábeis conforme demonstrado na tabela a seguir:



Tabela 4 - Bens Imóveis – Composição.

Bens Imóveis	1º tri 2022	4º tri 2021	R\$ AH%
Bens de Uso Especial	495.023.986,98	495.023.986,98	0,00
Bens Imóveis em Andamento	23.072.009,21	22.278.926,47	3,56
Instalações	1.004.488,90	747.763,24	34,33
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(7.480.207,71)	(7.335.019,09)	1,98
Total	511.620.277,38	510.715.657,60	0,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 4, o saldo dos bens imóveis variaram positivamente 0,18% ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Isso representou um impacto de aproximadamente R\$ 900 mil ao final do 1º trimestre de 2022. Entre as contas de maior relevância neste grupo, destaca-se “Bens de Uso Especial” perfazendo um montante aproximado de R\$ 495 milhões, correspondendo a 96,76% do valor total dos bens imóveis registrados. Tal valor, refere-se a um total de 47 propriedades entre terrenos, prédios, museus, fazendas, e demais bens imóveis destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPEL.

No que concerne a conta “Bens Imóveis em Andamento”, cujo saldo corresponde as obras em andamento, projetos e instalações, ela representa 3,56% do saldo dos bens imóveis ao término do 1º trimestre de 2022. Nesse período, a conta de “Bens Imóveis em Andamento” apresentou uma elevação no seu saldo de 3,56% tendo como principal fator, a execução do contrato 05/2020, no montante aproximado de R\$ 533 mil, relativo a obra de reforma do prédio da faculdade de meteorologia e do aulário, localizados no município de Capão do Leão.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O órgão UFPEL não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo até a data base de 31/03/2022.

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).



(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Nota 03 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.



O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCTP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/03/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/03/2022, a UFPEL apresentou um saldo de R\$ 487.348,13 relacionados à bens intangíveis, composto integralmente de softwares.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível.

Tabela 5 – Intangível – Composição R\$ 1,00

UNIDADE GESTORA	CONTA CONTÁBIL	1º tri 2022	4º tri 2021	AH%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	469.188,57	469.188,57	-
TOTAL		487.348,13	475.598,47	2,47

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 100% do grupo, totalizando 48 softwares para diversas finalidades da instituição. Ao final do 1º trimestre 2022 registra-se aumento de 2,47% no saldo de Software, relativo a aquisição de mais três sistemas. Dentre os softwares registrados neste grupo, o de maior relevância está contabilizado por um montante de R\$ 71.490,00, o qual representa 15,23% do total do grupo e tem como função, o gerenciamento do sistema de bibliotecas.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A UFPEL deve avaliar os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, deve-se realizar a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Não foram executados testes de *Impairment* no ativo intangível ao longo do 1º trimestre de 2022.

Nota 04 – Fornecedores e Contas a Pagar

Ao final do 1º trimestre de 2022, a Universidade Federal de Pelotas apresentou um saldo aproximado de R\$ 6,8 milhões relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo 63,91% do total de obrigações a pagar de longo prazo e 36,09% de curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros, bem como por circulante e não circulante.

Tabela 6 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	1º tri 2022	4º tri 2021	R\$ AH (%)
Circulante	2.461.259,72	1.274.604,83	93,10
Nacionais	2.461.039,73	1.274.384,84	93,12
Estrangeiros	219,99	219,99	-
Não Circulante	4.358.167,20	4.842.408,00	-10,00
Nacionais	4.358.167,20	4.842.408,00	-10,00
Estrangeiros	-	-	-
Total	6.819.426,92	6.117.012,83	11,48

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

O saldo global dos fornecedores e contas a pagar apresenta elevação de 11,48% ao final do 1º trimestre de 2022. Esse aumento é influenciado, principalmente pelos fornecedores e contas a pagar de curto prazo, já que demonstraram variação positiva de 93,12% no período, sendo estas obrigações praticamente de fornecedores nacionais. Tal elevação, é oriunda da diminuição caixa e equivalente de caixa devido a morosidade nos recebimentos de repasses financeiros efetuados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do MEC, ocasionando acumulo de passivo. Cabe frisar, que não houve aumento de despesas



que ocasionasse uma elevação de fornecedores a pagar, uma vez que, na Demonstração das Variações Patrimoniais houve redução de 8,19% no uso de bens, serviços e consumo de capital fixo.

Já nos fornecedores de longo prazo (não circulante) houve redução de 10% no período devido a transferências de parcelas do longo para o curto prazo dos valores a pagar à Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica conforme a sua exigibilidade e liquidez.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar ao final do 1º trimestre de 2022.

Tabela 7 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante - composição R\$ 1,00

Unidade Gestora	1º tri 2022	4º tri 2021	AH%
154047 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	6.797.698,14	6.095.284,05	11,52
154145 HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	21.728,78	21.728,78	-
Total	6.819.426,92	6.117.012,83	11,48

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 7, a unidade gestora UFPEL é responsável por 99,68% do total a ser pago à terceiros, enquanto que o Hospital Escola representa apenas 0,32% dos valores comprometidos com fornecedores e contas a pagar ao final do 1º trimestre de 2022.

Na UFPEL, há saldo de fornecedor de longo prazo referente a dívida junto a companhia de energia elétrica no montante aproximado de R\$ 4,3 milhões. Esse montante, corresponde a aproximadamente 65% do saldo de fornecedores a pagar. Já os fornecedores de curto prazo a pagar, os maiores saldos estão relacionados ao consumo de energia elétrica e com prestadores de serviços terceirizados, tais como fornecimento de alimentação, vigilância, bem como despesas oriundas de contrato de locações prediais.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os quatro fornecedores mais significativos e o saldo a pagar ao final do 1º trimestre de 2022.

Tabela 8 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor – composição R\$ 1,00

FORNECEDORES	1º tri 2022	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	5.205.588,60	76,33
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	610.567,38	8,95
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	261.537,51	3,84
G.S. CONSTRUCOES EIRELI	120.853,62	1,77
DEMAIS	620.879,81	9,10
Total	6.819.426,92	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores elencados na tabela 8, estes representam 90,90% do total das obrigações com terceiros a pagar, incluindo as obrigações de longo prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELÉTRICA: Fornecimento de energia elétrica no mês de março de 2021 e despesa referente a exercícios anteriores conforme termo de acordo de dívida assinado em 08 de novembro 2012, pagamento de 240 parcelas mensais. Saldo de 139 parcelas a pagar;

(b) MARSOU ENGENHARIA EIRELI: - Valor devido ao fornecedor referente a parcela de execução obra de reforma e restauro do prédio Grande Hotel; contrato 67/2019;

(b) REFEICOES NORTE SUL EIRELI: - Valor devido ao fornecedor referente a fornecimento de refeições coletivas para o Restaurante Universitário e Casa do estudante no período de janeiro de 2022, contratos 02/2018;



(d) G.S. CONSTRUÇÕES EIRELI: Valores devidos ao fornecedor referente ao aluguel do imóvel situado na rua Barão de Santa Tecla, 197, destinado a casa do estudante, no mês de fevereiro de 2022, contrato 18/2017.

Nota 05 - Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O Patrimônio Líquido ou situação patrimonial líquida pode ser compreendido como a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Assim, a situação patrimonial líquida pode resultar em um montante positivo ou negativo. Outro ponto a destacar no patrimônio líquido, é o resultado obtido, que deve ser evidenciado o do exercício corrente segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.

Nesse sentido, ocorrem fatos contábeis que não pertencem ao exercício corrente, para estes há uma conta específica no grupo “Resultados Acumulados” para evidenciar os impactos no patrimônio da entidade denominada “Ajustes de Exercícios Anteriores”. Essa conta, registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Desse modo, a tabela 9 demonstra resumidamente os saldos de ajustes anteriores que impactam a situação patrimonial líquida do órgão.

Tabela 9 – Ajustes de Exercícios Anteriores – R\$ 1,00

SALDO INICIAL 2021	AJUSTES A DÉBITO	AJUSTES A CRÉDITO	SALDO AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
-572.773,49	-4.973.359,39	573.041,49	-4.973.091,39

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 9, houve ajustes realizados a débito e a crédito até o término do 1º trimestre de 2022, resultando em uma redução patrimonial líquida de aproximadamente R\$ 4,9 milhões. Como principal fator para esse decréscimo, destaca-se o reconhecimento de passivos de exercícios anteriores referente a serviços terceirizados pertencentes ao exercício 2021.

Nota 06 - Obrigações Contratuais

Ao final do 1º trimestre de 2022 a Universidade Federal de Pelotas apresenta um saldo aproximado de R\$ 136 milhões relacionados a obrigações contratuais, referente a instrumentos jurídicos que possam provocar alterações no patrimônio do órgão nos próximos exercícios financeiros.

A seguir, apresenta-se a tabela 10, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

Obrigações Contratuais	1º tri 2022	4º tri 2021	(R\$) AH (%)
Aluguéis	6.695.265,15	6.182.317,46	8,30
Fornecimento de Bens	2.409.542,79	2.649.430,52	-9,05
Seguros	17.719,68	16.220,24	9,24
Serviços	106.443.734,67	89.497.335,19	18,94
Total	115.566.262,29	98.345.303,41	17,51

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 10, as obrigações contratuais apresentaram elevação de 17,51% no 1º trimestre de 2022 em relação ao 4º trimestre de 2021. Dessas obrigações, destacam-se aquelas relacionadas com Serviços, representam 94,38% do total das obrigações contratuais assumidas pelo Órgão ao final do 1º trimestre de 2022.



Cumpre salientar, que a elevação de saldo das obrigações contratuais foi influenciada, principalmente, pelos aditamentos de contratos de serviços terceirizados de manutenção predial, limpeza e fornecimento de alimentação, gerando um acréscimo de aproximadamente R\$ 23,3 milhões a serem executados neste exercício e nos subsequentes.

Na sequência, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com os valores a executar na data base de 31/03/2022.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

		(R\$)	
	1º tri 2022	4º tri 2021	AH (%)
Unidade Gestora 154047 UFPEL	112.586.681,11	95.367.221,67	18,06
Unidade Gestora 154145 Hospital Escola	2.961.861,50	2.961.861,50	-
Total	115.548.542,61	98.329.083,17	17,51

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 11 contata-se que a unidade gestora UFPEL é responsável por 97,44% do total contratado, enquanto que o Hospital Escola, representa apenas 2,56% dos valores com contratos celebrados a serem executados.

Ademais, a unidade gestora UFPEL apresentou elevação de 18,06% ao fim do 1º trimestre de 2022 em comparação com 4º trimestre de 2021. Esse aumento de aproximadamente R\$ 17,2 milhões líquidos no período, é atribuído em especial, pelas obrigações contratuais relativas a serviços, que apresentaram uma elevação de 19,58% no período, oriunda de aditamentos em contratos vigentes, tais como serviços de limpeza, manutenção predial, fornecimento de alimentação entre outros.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores com os contratos mais significativos, bem como os saldos a serem executados na data base de 31/03/2022.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado - Órgão.

	R\$	
	1º tri 2022	AV (%)
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRI. DE ENERGIA ELÉTRICA	35.100.765,22	23,53
PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS EIRELLI	17.020.948,07	8,37
REFEICOES NORTE SUL EIRELI	14.268.450,97	7,99
MARSOU ENGENHARIA EIRELI	6.482.225,04	7,59
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	42.693.872,99	52,52
	115.566.262,29	100,00

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação aos fornecedores contratados elencados na tabela 12, pode-se afirmar que esses contratos representam aproximadamente 63,06% do valor total de serviços e fornecimento de bens a serem executados. Isso corresponde a um montante de cerca de R\$ 72,8 milhões de obrigações contratuais que podem ser liquidadas pelo órgão no ano corrente e nos exercícios subsequentes. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Companhia Estadual de Energia Elétrica – CNPJ: 08.467.115/0001-00: Fornecimento de energia elétrica, despesa referente a exercícios anteriores. Assinado termo de acordo de dívida em 08 de novembro 2012 pagamento de 240 parcelas, sendo 111 parcelas quitadas até a data base 31/03/2022;
- (b) Planservice Terceirização de Serviços Eirelli - CNPJ 04.970.088/0001-25: Décimo primeiro aditamento ao contrato 33/2018 referente contratação de empresa para prestação de serviços continuados de manutenção predial e de áreas externas, vigência: 22/03/2022 a 21/11/2023;



- (c) Refeições Norte Sul Eireli – CNPJ 97.531.702/0001-33: Sétimo aditivo ao contrato 02/2018, referente a serviços de alimentação coletiva, vigência: 07/03/2022 a 06/03/2023;
- (d) Marsou Engenharia Eireli – CNPJ 01.278.335/0001-39: Contrato 67/2019 referente ao serviço de obra de reforma e restauro do prédio Grande Hotel, vigência de 720 dias a partir da data de assinatura do contrato, que ocorreu em 23/10/2019.

Nota 07 – Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Requisições de Pequeno Valor são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito da UFPEL, consta um total de aproximadamente R\$ 16,3 milhões registrado em “**Precatórios**”, em que sua composição é 95,54% de curto prazo e 4,46% de longo prazo. Os Precatórios de Pessoal compõem 62,25% do total, enquanto que os precatórios com terceiros respondem por 37,75% do montante.

O registro dos precatórios de pessoal nas autarquias e fundações públicas é feito pelos tribunais regionais federais de cada região. No caso da UFPEL, esse registro é efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A seguir, é apresentando a tabela 13 com a composição dos precatórios ao final do 4º trimestre de 2021.

Tabela 13 – Composição de Precatórios

			R\$ 1,00
PRECATÓRIOS		1º tri 2022	4º tri 2021
Precatórios a Curto Prazo		15.647.329,84	15.647.329,84
<i>PRECATORIOS DE PESSOAL</i>		9.470.776,42	9.470.776,42
<i>PRECATORIOS DE PESSOAL CANCELADO - LEI 13.463/2017</i>		264.626,42	264.626,42
<i>PRECATORIOS DE TERCEIROS</i>		5.759.751,32	5.759.751,32
<i>PRECATORIOS DE TERCEIROS CANCELADO – LEI 13.463/2017</i>		152.175,68	152.175,68
Precatórios a Longo Prazo		730.390,82	617.531,03
<i>PRECATORIOS DE PESSOAL - PAGAMENTO 2023</i>		402.784,60	361.414,16
<i>PRECATORIOS DE PESSOAL - CANCELADOS LEI 13.463/2017</i>		56.141,58	56.579,47
<i>PRECATORIOS DE TERCEIROS - PAGAMENTO 2023</i>		271.464,64	199.537,40
Total		16.377.720,66	16.264.860,87
Fonte: Tesouro Gerencial 2022.			0,69

De acordo com a tabela 13, os saldos de precatórios apresentam aumento de 0,69% ao término do 1º trimestre de 2021 em relação ao 4º trimestre de 2021. Essa elevação líquida de aproximadamente R\$ 112 mil, está associada, principalmente, pelo aumento de precatórios de terceiros de longo prazo.



3.2 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Nota 08 Receitas Correntes

Ao término do 1º trimestre de 2022 a UFPEL arrecadou aproximadamente R\$ 790 mil em receitas próprias, isso corresponde a 70,83% a mais do que no mesmo trimestre de 2021. As principais arrecadações com receitas próprias auferidas pela UFPEL ao final do 1º trimestre de 2022 são exclusivamente de natureza corrente, com destaque para o grupo “Receita de Serviços”, cujo montante apurado foi de aproximadamente R\$ 653 mil. A seguir é apresentada a tabela 14 com a composição dos grupos de receitas:

Tabela 14 – Receitas– Composição R\$ 1,00

RECEITAS ARRECADADAS DIRETAMENTE	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Receita Realizada
Receita Patrimonial	291.413,00	42.505,61	14,59
Aluguéis e Arrendamentos	267.562,00	34.883,34	13,04
Remuneração de Depósitos Bancários	23.851,00	7.622,27	31,96
Receita Agropecuária	23.256,00	480,00	2,06
Receita Agropecuária	23.256,00	480,00	2,06
Receitas de Serviços	2.082.705,00	653.745,00	31,39
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	594.605,00	189.705,00	31,90
Inscrições em Concursos e Processos Seletivos	1.488.100,00	464.040,00	31,18
Demais Receitas de Serviços	-	-	-
Transferências Correntes	-	72.394,46	-
Outras Receitas Correntes	23.899,00	20.372,68	85,24
Multas e Juros Previstos em Contratos	23.899,00	7.313,97	30,60
Ineniz. Restituições, e Ressarcimentos	-	13.058,71	-
TOTAL	2.421.273,00	789.497,75	32,61

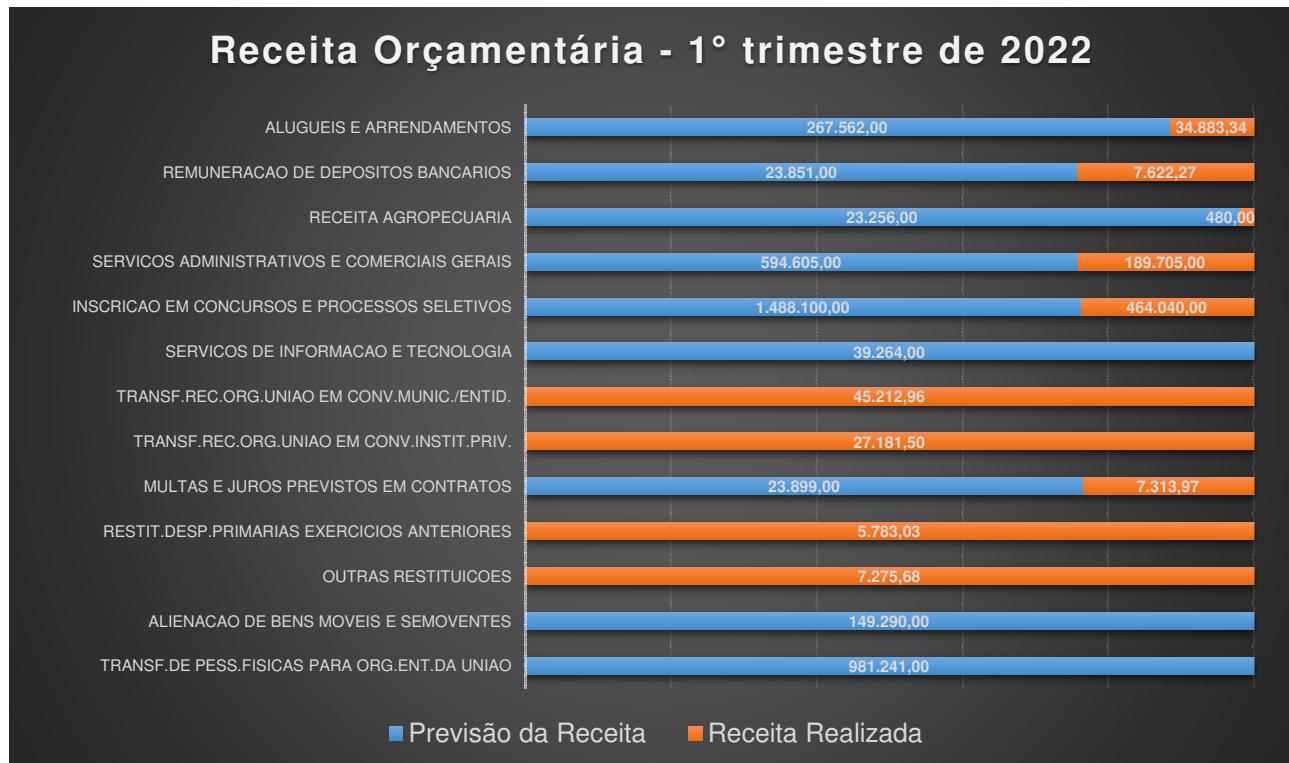
Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 14, as receitas correntes oriundas de “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos”, são as que representaram maior arrecadação, com 58,78% do total arrecadado ao final do 1º trimestre de 2022. Tais receitas estão associadas à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção.

Até o final do 1º trimestre de 2022 foram registradas 7.593 inscrições nos processos seletivos da UFPEL. Esse número é 455,04% superior ao registrado no mesmo trimestre de 2021, quando foram computadas 1.368 inscrições. Financeiramente, também houve um aumento significativo, registrando uma variação positiva de 384,66% no 1º trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, quando registrou-se uma receita de R\$ 95.745,00.

A seguir é apresentado o gráfico demonstrando previsão e realização das receitas orçamentárias por natureza ao final do 1º trimestre de 2022:

Gráfico 1 – Receitas Orçamentárias



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Nota 09 – Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário acumulado ao final do 1º trimestre de 2022 apresenta-se deficitário em aproximadamente R\$ 668,7 milhões. Isso ocorre devido à metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário no período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas. Como são consideradas receitas, apenas aquelas que o órgão arrecada diretamente, denominadas como fonte própria, desconsiderando os valores recebidos por transferências intragovernamentais, o Balanço Orçamentário sempre tende a resultar deficitário.

Nota 10 – Despesas Orçamentárias

O valor apurado de despesas empenhadas até o término do 1º trimestre de 2022 foi de aproximadamente R\$ 669 milhões, isso corresponde a execução de 77,04% da dotação orçamentária atualizada do exercício de 2022. Desse montante empenhado, 99,93% está alocado no grupo de despesas correntes, enquanto que apenas 0,07% está empenhado em despesa de capital.

Na tabela a seguir é demonstrada a composição da execução das despesas empenhadas até o 1º trimestre de 2022:

Tabela 15 – Composição da Despesa Empenhada Por Grupos

(R\$)

GRUPO DE DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Execução%
Pessoal e Encargos Sociais	756.813.954,00	628.761.254,93	83,08
Outras Despesas Correntes	107.154.499,00	40.323.884,19	37,63
Investimentos	5.149.719,00	500.431,81	9,72
Total	869.118.172,00	669.585.570,93	71,89

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 15, constata-se que a dotação orçamentária para despesas com pessoal e encargos sociais, representa 87,08% do total dos recursos orçamentários, 12,33% estão destinados a outras despesas correntes, enquanto que apenas 0,59% estão reservados para investimentos. Dentre as três dotações, aquela destinada para outras despesas correntes, utilizada para manutenção e custeio das atividades da universidade, já foi executado cerca de 37,63% da dotação disponibilizada para o exercício de 2022. Já para o grupo de pessoal e encargos sociais, a execução é de 83,03% do saldo da dotação orçamentária atualizada ao final do 1º trimestre de 2022.

Na tabela a seguir é demonstrada as categorias de gastos com Pessoal e Encargos Sociais empenhadas por natureza de despesa de maior relevância no 1º trimestre de 2022:

Tabela 16 – Desp. Empenhadas na Categ. de Gasto Pessoal e Encargos Sociais por Natureza de Despesa composição R\$ 1,00

DESPESA PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	DESPESAS EMPENHADAS		
	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	321.050.760,44	145.324.330,01	120,92
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	193.922.342,37	85.955.067,34	125,61
OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	83.765.649,60	82.572.522,30	1,44
PENSOES	18.234.713,97	18.499.703,49	(1,43)
SENTENCAS JUDICIAIS	6.124.375,46	6.941.010,38	(11,77)
CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	4.691.819,05	4.950.000,00	(5,22)
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	540.000,00	540.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	252.000,00	252.000,00	0,00
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	177.706,80	85.375,11	108,15
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.887,24	2.519,44	(25,09)
Total	628.761.254,93	345.122.528,07	82,18

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 16, observa-se que as despesas empenhadas com a categoria de pessoal e encargos sociais aumentou em 82,18% no período em comparação com o mesmo trimestre de 2021. Dentre as naturezas de despesa elencadas que contribuiu para esse aumento, destaca-se “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”. Essa rubrica apresentou elevação de 120,92% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No que concerne à natureza de despesa associada aos aposentados do RPPS, houve elevação de 125,61% nas despesas empenhadas no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esse aumento é influenciado pela rubrica de proventos que passou de R\$ 68 milhões no 1º trimestre de 2021 para R\$ 156 milhões no 1º trimestre de 2022.

No grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” há uma variação positiva de 35,39% no valor de despesas empenhadas ao término do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. No entanto, em determinadas naturezas de despesas relativas a manutenção e custeio das atividades da UFPEL houve retrações relevantes no período.

A seguir é apresentado à tabela 17 com as naturezas de despesas que compõe o grupo “Outras Despesas Correntes”, as quais são empenhadas para assegurar a manutenção e funcionamento da instituição:

Tabela 17 – Outras Despesas Correntes Empenhadas composição R\$ 1,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS EMPENHADAS		
	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
AUXILIO-ALIMENTACAO	11.502.857,70	12.651.795,20	(9,08)
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.618.368,43	6.162.281,90	23,63
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.101.055,32	128.900,19	3.857,37
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.796.724,55	636.430,17	339,44
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.301.672,92	1.490.596,35	54,41
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	2.226.000,00	441.565,04	404,12
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	1.938.074,48	1.595.275,97	21,49

AUXILIO FINANCIERO A ESTUDANTES	1.661.762,00	2.172.715,00	(23,52)
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.646.776,60	1.490.729,70	10,47
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	1.349.165,06	955.179,07	41,25
MATERIAL DE CONSUMO	1.022.885,68	348.661,77	193,37
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	1.158.541,45	1.709.936,36	(32,25)
TOTAL	40.323.884,19	29.784.066,72	35,39

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

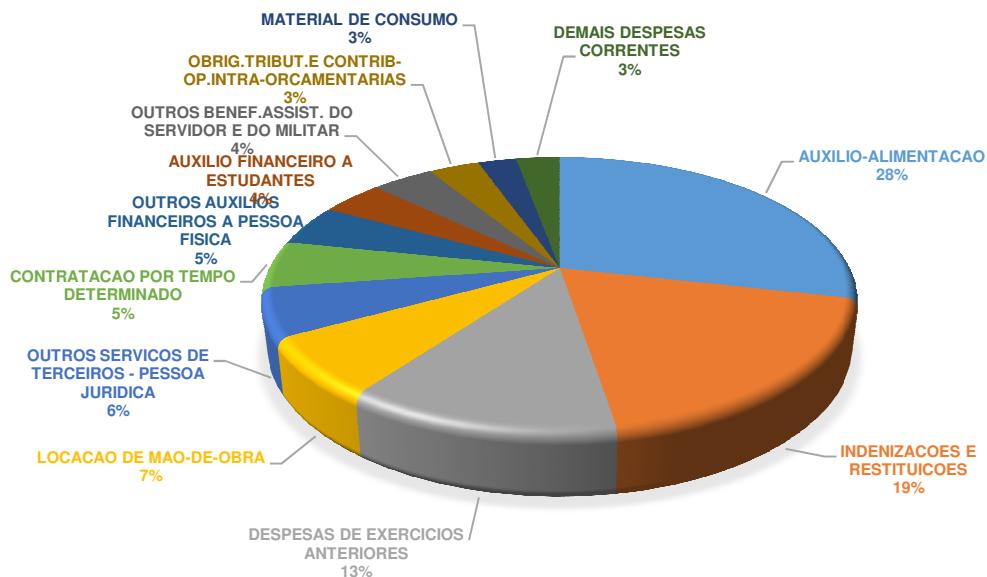
Na tabela 17, os maiores valores estão empenhados com auxílio alimentação e indenizações e restituições, que são naturezas de despesas vinculadas a folha de pagamento de pessoal do órgão, as quais são consignadas no orçamento em ações governamentais específicas para essa aplicação de recurso. Logo, são despesas que dificilmente passam por contingenciamento, possibilitando empenhá-las em qualquer período e com único empenho dispondo de saldo suficiente para cobrir todos os meses do exercício corrente.

Pode-se destacar também, as despesas empenhadas na natureza de despesa “Locação de Mão de Obra”, que englobam os serviços terceirizados (vigilância, portaria, limpeza, etc.) cujo aumento é de 339,44% ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal elevação, está associada a liberação de crédito orçamentário do exercício de 2021, dado que a LOA 2021 não havia sido sancionada até o término do 1º trimestre de 2021. Assim, os órgãos da União passaram a executar apenas 1/18 avos da dotação orçamentária prevista no PLOA de 2021. Como a LOA de 2022 não sofreu atrasos na sua promulgação, o orçamento pôde ser executado normalmente pela UFPEL.

A seguir, é apresentado gráfico com a distribuição das principais naturezas de despesas empenhadas até o término do 1º trimestre de 2022 no grupo “Outras Despesas Correntes”:

Gráfico 2 – Composição do grupo “Outras Despesas Correntes”

OUTRAS DESPESAS CORRENTES



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Movimentações Orçamentárias

Na tabela 18 são demonstradas as movimentações orçamentárias da UFPEL ao final do 1º trimestre de 2022, que além das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), também são executados créditos orçamentários de outros órgãos através de descentralizações recebidas, bem como são demonstrados os repasses efetuados a outros órgãos através das descentralizações concedidas.

Tabela 18 – Movimentação Orçamentária

Unidade Orçamentária	Grupo Despesa	1º trimestre 2022								
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Descentralizações Recebidas (b)	Descentralizações Concedidas (c)	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Crédito Bloqueado (e)	Crédito Disponível (a + b - c - d - e)
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO	Outras Despesas Correntes			35.863,55						35.863,55
	Investimentos			158.317,57						158.317,57
MINISTERIO DA EDUCACAO	Outras Despesas Correntes			2.325.689,39		2.325.689,39	2.273.459,91	1.721.449,48		0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Outras Despesas Correntes			6.903,73		6.903,73				0,00
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	Outras Despesas Correntes			2.375,42		2.375,42				0,00
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Pessoal e Encargos Sociais	716.728.388,00	716.728.388,00			595.356.725,06	163.662.511,90	126.920.664,11	12.411.124,00	108.960.538,94
	Outras Despesas Correntes	105.207.160,00	105.207.160,00	72.869,91	74.289,71	36.207.858,38	18.899.062,11	15.877.219,75	4.732.122,00	64.265.759,82
	Investimentos	5.149.719,00	5.149.719,00			500.431,81	328.331,15	305.478,37	96.559,00	4.552.728,19
HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUFPEL	Pessoal e Encargos Sociais	40.085.566,00	40.085.566,00			33.404.529,87	8.899.206,83	7.169.474,97		6.681.036,13
	Outras Despesas Correntes	1.947.339,00	1.947.339,00			1.752.734,80	411.859,62	275.010,46		194.604,20
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	Outras Despesas Correntes			46.994,82		28.322,47	6.596,39	6.596,39		18.672,35
Total		869.118.172,00	869.118.172,00	2.649.014,39	74.289,71	669.585.570,93	194.481.027,91	152.275.893,53	17.239.805,00	184.867.520,75

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Observa-se na tabela 18 que 77,04% do montante de dotação atualizada para o exercício de 2022 está empenhado, destacando-se o grupo de despesa de pessoal e encargos sociais, o qual já se empenhou aproximadamente R\$ 595 milhões.

No que tange as descentralizações recebidas, essas são consideravelmente superiores as descentralizações concedidas. Em suma, do montante aproximado de R\$ 2,6 milhões referente as descentralizações de créditos recebidas, 87,79% são oriundas do MEC. Tal montante, é para empenhamento de despesas com bolsas de residência médica dos estudantes que atuam no Hospital Escola da UFPEL.



Nota 11 BO – Restos a Pagar

Os Restos a Pagar (RAP) são segregados em Restos a Pagar Não Processado e Restos a Pagar Processados: o primeiro tem seu saldo considerado naquelas despesas orçamentárias que foram empenhadas, mas não passaram pelo estágio da liquidação e o segundo se refere aquelas despesas que foram empenhadas, liquidadas, porém, não chegaram no estágio de pagamento da despesa.

Neste contexto, a Universidade Federal de Pelotas em 2022 registra um montante aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar, sendo que 75,76% são referentes a **Restos a Pagar Processados** e 24,24% são de **Restos a Pagar Não Processados**.

A seguir são apresentadas as tabelas que demonstram o valor inscrito em Restos a Pagar, as quais estão segregadas por RP Não Processados e RP Processados e a distribuição dos valores por unidade executora, bem como pelo grupo de despesa.

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	1º trimestre de 2022					
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.807.078,32	819.654,22	8.548,04	1.461.937,87	2.156.246,63	1.948.905,96
	INVESTIMENTOS	1.908.242,43	10.753.570,39		11.319.122,48	1.342.690,34	1.197.019,75
	Total	4.715.320,75	11.573.224,61	8.548,04	12.781.060,35	3.498.936,97	3.145.925,71
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.456,26	2.024.365,14		2.029.770,28	1.051,12	1.051,12
	INVESTIMENTOS		27.278,91		27.278,91		
	Total	6.456,26	2.051.644,05		2.057.049,19	1.051,12	1.051,12
Total		4.721.777,01	13.624.868,66	8.548,04	14.838.109,54	3.499.988,09	3.146.976,83

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Com base na tabela 19, observa-se que 86,18% do total de RP Não Processados pertence à unidade gestora da UFPEL enquanto que apenas 13,82% pertencem ao Hospital Escola. Do montante total, aproximadamente R\$ 3,5 milhões de Restos a Pagar não Processados inscritos e reinscritos, já foram liquidados até término do 1º trimestre de 2022, correspondendo a 23,82% dos saldos de empenhos em RAP's não processados.

Quanto ao grupo de despesas em que os saldos estão alocados, pode se observar que grande parte está concentrado no grupo de despesas “Investimentos”. Isso representa um saldo Restos a Pagar Não Processados de aproximadamente R\$ 12,6 milhões, correspondendo a 86,36% do saldo total do órgão com RAP's Não Processados. Destaca-se, que do saldo de RAP's a liquidar do grupo de despesa “Investimentos”, aproximadamente R\$ 10,7 milhões estão concentrados na natureza de despesa de “Obras em Andamento” e cerca de R\$ 520 mil estão alocados em empenhos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente.



Na sequência, é demonstrado a tabela 19 com a composição dos saldos inscritos em Restos a Pagar Processado, segregado por unidade gestora executora e por grupo de despesa.

Tabela 19 – Restos a Pagar Processados composição R\$ 1,00

UG Executora	Grupo Despesa	1º trimestre 2022			
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.849.309,14		49.849.309,14	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.343.480,50	66.000,03	1.997.428,90	1.412.051,63
	INVESTIMENTOS	973.381,66	7.310,75	84.158,26	896.534,15
	Total	54.166.171,30	73.310,78	51.930.896,30	2.308.585,78
HOSPITAL ESCOLA DA UFPEL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.462.898,64		2.462.898,64	0,00
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	607.909,31	21.728,78	607.909,31	21.728,78
	Total	3.070.807,95	21.728,78	3.070.807,95	21.728,78
Total		57.236.979,25	95.039,56	55.001.704,25	2.330.314,56

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os valores inscritos em RAP's Processados demonstram participação maior em relação aos Restos a Pagar não processados, devido ao saldo do grupo de despesas “Pessoal e Encargos Sociais”. Isso ocorre, por conta de uma alteração na rotina de emissão de ordens bancárias no início de 2019. Essa modificação sistêmica, acaba ocasionando morosidade no registro do pagamento da folha de pessoal de dezembro. Desse modo, mesmo com a folha de pessoal da competência de dezembro paga no próprio mês, o atraso sistêmico em registrar o fato contábil acarreta em inscrição de valores em Restos a Pagar Processados no grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Logo, o saldo foi baixado integralmente pelo registro do pagamento somente em janeiro de 2022, conforme demonstrado nas colunas de RAP's Processados Pagos e Restos Processados a Pagar.



A seguir é apresentada a tabela 20, que demonstra a distribuição do montante dos restos a pagar processados e não processados quanto ao ano de emissão de empenho.

Tabela 20 – Restos a Pagar Processados e Não Processados por ano de emissão de empenho com composição R\$ 1,00

Ano Emissão Empenho	1º trimestre 2022			
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR A PAGAR (PROC E N PROC)
2008	1.137,86			1.137,86
2009	18.743,65			18.743,65
2010	17.817,04			17.817,04
2011	239,90			239,90
2013	33.837,68			33.837,68
2014	574,50			574,50
2015	323,40			323,40
2016	792,00			792,00
2018	627,63			627,63
2019	9.725.421,50		303.324,38	9.422.097,12
2020	5.718.797,32		416.200,13	5.302.597,19
2021	60.160.352,00	8.548,04	57.429.156,57	2.722.647,39
Total	75.678.664,48	8.548,04	58.148.681,08	17.521.435,36

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 20, podemos afirmar que do saldo aproximado de R\$ 75,6 milhões de Restos a Pagar Inscritos (Processados e Não Processados), cerca de 76% já foram pagos, com destaque para os NE inscritos no ano de emissão de 2021, que ao final do 1º trimestre de 2022 foram quitados mais de R\$ 57 milhões de saldo dos empenhos emitidos em 2021 inscritos em RAP's.

No entanto, dos R\$ 17,5 milhões de empenhos inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados na condição de "a pagar", 84% desse saldo referem-se a empenhos emitidos entre 2019 e 2020. Cabe destacar, que praticamente todo esse saldo são oriundos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados, já que o saldo de Restos a Pagar Processados a pagar corresponde apenas R\$ 2,3 milhões.

Nos empenhos de anos de emissão 2008 a 2013 constatam-se valores em Restos a Pagar Processados a Pagar, pendentes ainda de pagamento devido à ocorrência de processos judiciais. Alguns destes valores pendentes de quitação estão distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 30.387,50 para empresa Cisplatur Viagens e Turismo Ltda. processo judicial nº 5003470-92.2012.404.7110/RS;
- R\$ 7.310,75 para empresa Hana Engenharia Ltda. processo judicial nº 5001773-02.2013.404.7110/RS;
- R\$ 33.837,68 para Canguru Plásticos Ltda. processo judicial nº 5004054-28.2013.4.04.7110/RS;

Quanto aos estoques de RAP's inscritos, o órgão vem adotando medidas para diminuição dos mesmos. Neste sentido, ao final do exercício de 2018 foram canceladas aproximadamente R\$ 8,4 milhões de saldo de notas de empenhos emitidas nos anos que compreende 2010 a 2017, já em 2019 houve cancelamento de R\$ 5,8 milhões. Tal procedimento teve como principal razão a adequação ao Ofício-Circular 12/2018/GAB/SPO/SPO-MEC de 28 de fevereiro de 2018, que menciona a determinação contida no Acórdão 2823/2015-TCU-Plenário, solicitando justificativas para a manutenção dos estoques de Restos a Pagar.

Em 2020, com base no art. 68 do Decreto 93.872/1986 os saldos de empenhos emitidos em 2018 inscritos em Restos a Pagar foram bloqueados em 30 de junho de 2020. Após essa data, cerca de R\$ 203 mil de saldo de empenhos inscritos RAP's foram cancelados.

Em 30/06/2021 os empenhos de 2019 inscritos e restos a pagar não processados a liquidar foram bloqueados, o que correspondeu a cerca de R\$ 10,2 milhões. Contudo, em virtude de alguns empenhos de restos a pagar enquadrarem-se nos § 4º e § 5º do art. 68 do Decreto 93.872/1986, cerca de R\$ 10 milhões



foram desbloqueados. Desse montante, aproximadamente 87,19% é referente a investimentos com obras e instalações. Desse modo, com o desbloqueio dos saldos inscritos em restos a pagar, sua execução pode ser efetuada até o término do exercício seguinte, ou seja, até 31/12/2022.

3.3 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas extraorçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transfere para o início do exercício seguinte.

Nota 12 - Ingressos

A seguir, a tabela 21 evidencia as receitas orçamentárias classificadas quanto a categoria econômica, fonte de recursos, origem da receita e espécie da receita;

Tabela 21 – Receitas Orçamentárias – Composição R\$ 1,00

Categoria Econômica	Fonte Recursos	Origem Receita	NRE3 Espécie Receita	1º trimestre 2022	
				RECEITA ORÇAMENT. (BRUTA)	RECEITA ORÇAMENT. (LÍQUIDA)
RECEITAS CORRENTES	DOAC.PESSOAS FISICAS E INSTIT.PUB.E PRIV.NAC.	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	27.181,50	27.181,50
	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	RECEITA PATRIMONIAL	EXPLORACAO PATRIMONIO IMOBILIARIO DO ESTADO	34.883,34	34.883,34
		RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA		
		RECEITA DE SERVICOS	SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	653.745,00	653.745,00
		OUTROS SERVICOS			
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	MULTAS ADMINISTRAT., CONTRATUAIS E JUDICIAIS	7.313,97	7.313,97
		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	9.095,68	9.095,68
	REC.VINC.A APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	2.004,71	2.004,71
	REC.VINC.A APLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	691,62	691,62
	RECURSOS DE CONVENIOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	TRANSF.DOS MUNICIPIOS E DE SUAS ENTIDADES	45.212,96	45.212,96
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	1.266,70	1.266,70
	RECURSOS PROPRIOS FINANCEIROS	RECEITA PATRIMONIAL	VALORES MOBILIARIOS	7.622,27	7.622,27
Total				789.497,75	789.497,75

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

A tabela 21 demonstra as receitas orçamentárias arrecadadas diretamente pelo órgão, denominadas “receitas próprias”, não levando em consideração as transferências financeiras recebidas da setorial financeira do MEC para execução de despesas orçamentárias, que são mais bem evidenciadas no balanço financeiro, no grupo “Transferências Financeiras Recebidas”.



Quanto à destinação dessas receitas arrecadadas, podemos afirmar que são integralmente vinculadas, ou seja, existe a vinculação entre a origem e aplicação do recurso. Ao aferir as receitas no término do 1º trimestre de 2022, observa-se elevação de 70,58% na arrecadação em relação ao mesmo trimestre de 2021, um acréscimo de aproximadamente de R\$ 326 mil.

Dentre as receitas arrecadas, pode-se destacar aquelas da categoria econômica denominada “Receitas Correntes” representaram maior relevância, em especial, a receita de espécie “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, que corresponde a 82,81% do total da Receita Orçamentária Líquida. Essas receitas, além de abranger os ingressos financeiros oriundos de serviços administrativos e comerciais gerais, tem como principal espécie de receita, a arrecadação com taxas de inscrição em concurso e processos seletivos, os quais estão detalhados no Balanço Orçamentário no item “Receitas Correntes” já mencionados anteriormente.

As transferências financeiras recebidas refletem as movimentações entre Órgãos Federais da Administração direta ou indireta. A seguir, na tabela 22 detalha os movimentos financeiros por fonte de recursos destinados para atendimento da execução orçamentária.

Tabela 22 – Transferências Financeiras por fonte de recurso composição R\$ 1,00

Fonte Recursos	1º tri 2022				
	REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	TRANSF. RECEBIDAS P/ PGTO DE RP	MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	TOTAL
NAO SE APLICA				120.545,78	120.545,78
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	135.095.931,40	9.318.591,38	2.374.554,87		146.789.077,65
FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCACAO PUBL.E SAUDE					
RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO					
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	1.557.029,34		30.250,00		1.587.279,34
TITULOS DE RESPONSAB.DO TN-OUTRAS APPLICACOES			230.334,65		230.334,65
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO		1.051,12			1.051,12
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL					
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	46.994,82				46.994,82
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	56.069.271,24	65.344,98			56.134.616,22
REC.VINC.A APPLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	716.430,57				716.430,57
RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APPLICACAO			146.593,21		146.593,21
Total	193.485.657,37	9.384.987,48	2.781.732,73	120.545,78	205.772.923,36

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Os saldos de valores recebidos por transferências financeiras ao final do 1º trimestre de 2022 apresentam variação positiva de 2,44% em relação ao mesmo período do exercício anterior, o que corresponde a um acréscimo de aproximadamente R\$ 4,9 milhões. Esse grupo de contas representa a principal entrada financeira da UFPEL, cerca de 25,99% do total de ingressos monetários do Órgão contabilizados ao final do 1º trimestre de 2022.

Destaca-se a diminuição de transferências financeiras referente aos repasses de valores para pagamento de Restos a Pagar, cuja redução é de 65,64%. Isso corresponde uma retração de aproximadamente R\$ 5,3 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2021. Tal fato é atribuído especialmente, pela diminuição de liquidações de restos a pagar no período, dado que o valor liquidado no 1º trimestre de 2022 é de aproximadamente R\$ 3,5 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2021 esse valor é de R\$ 10,1 milhões, o que pode ser observado no Balanço Orçamentário, em Restos a Pagar Não Processados.



Em relação a destinação da receita orçamentária recebida por transferências, 71,34% desse montante são de fontes de recursos ordinários, cuja alocação entre a origem e aplicação dos mesmos é de livre aplicação, sem destinação específica, ou seja, não estão vinculadas a nenhum órgão ou programação específica.

A tabela a seguir evidencia os principais ingressos por Recebimentos Extraorçamentários e sua composição quanto ao grupo de despesa:

Tabela 23 – Recebimentos Extraorçamentários – Inscrições dos Restos a Pagar composição R\$ 1,00

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	GRUPO DESPESA	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	456.199.536,20	175.783.178,17	159,52
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.732.906,16	15.806.346,42	18,52
	INVESTIMENTOS	172.100,66	3.536,00	4.767,10
	Total	475.104.543,02	191.593.060,59	147,98
INSCRIÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.471.579,65	37.294.356,50	3,16
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.710.701,95	5.613.244,63	(33,89)
	INVESTIMENTOS	22.852,78	-	-
	Total	42.205.134,38	42.907.601,13	(1,64)
Total		517.309.677,40	234.500.661,72	120,60

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

Os recursos extraorçamentários levam em considerações a inscrição dos restos a pagar. Esses, tem a função de compensar a despesa orçamentária imputada como realizada, porém, não paga no exercício de emissão do empenho, conforme dispõe o art. 103 da lei 4.320/1964. Logo, os valores que tratam dos recebimentos extraorçamentários em relação aos restos a pagar estão vinculados aos créditos orçamentários empenhados e créditos orçamentários liquidados a pagar.

Neste sentido, de acordo com a tabela 23, observa-se uma variação positiva de 120,60% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, ou seja, apresenta uma elevação na inscrição Restos a Pagar de aproximadamente R\$ 282 milhões. Desse montante, 91,84% do total dos recebimentos extraorçamentários estão relacionados com a inscrição de RP Não Processados, em especial, os créditos destinados a atender despesa com “Pessoal e Encargos Sociais”, cujo saldo no período apresenta aumento de 159,52%.

No que concerne a Inscrição de RP Processados, o valor correspondente a “outras despesas correntes” apresenta retração de 33,89% ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Tal decréscimo está associado, principalmente, aos valores empenhados com pagamentos de auxílio financeiro a estudantes, bem como transferências financeiras a instituições privadas sem fins lucrativos.

Nota 13 – Dispêndios

Na tabela a seguir são demonstradas as despesas orçamentárias por fonte de recursos e ação de governo:

Tabela 24– Despesas orçamentárias composição R\$ 1,00

FONTE RECURSOS	AÇÃO GOVERNO	DESPESAS EMPENHADAS		AH%
		1º tri 2022	1º tri 2021	
RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	435.528,00	-
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES	82.417.536,84	74.507.475,04
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS	7.583.560,30	-
	20GK	FOMENTO AS ACOES DE GRADUACAO, POS-GRADUACAO, ENSINO, PESQUISA	287.044,80	327.320,71
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	11.841.272,28	2.507.761,50



	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	332.286.766,72	127.259.021,59	161,11
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES	15.869.596,40	13.802.485,54	14,98
	216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	20.000,00	-	-
	4002	ASSISTENCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	2.065.562,55	2.548.239,67	(18,94)
	4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	9.872,10	9.711,75	1,65
	8282	REESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE E	290.875,35	93.256,28	211,91
COMP.FIN.PELA PROD.DE PETR.,GAS NAT.E OUTROS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	1.557.029,34	1.914.331,17	(18,66)
REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APPLICACAO	00PW	CONTRIBUICOES A ENTIDADES NACIONAIS SEM EXIGENCIA DE PROGRAM	42.216,00	26.440,34	59,67
	20RK	FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	24.776,36	9.041,35	174,03
RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	-	86.037.866,49	(100,00)
	0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO	-	432.324,00	(100,00)
	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES	-	6.717.566,70	(100,00)
	2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS	-	6.162.281,90	(100,00)
	20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	-	30.219.126,70	(100,00)
	212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES	-	1.269.238,60	(100,00)
REC.DEST.ATIVIDADES-FINS DA SEGURIDADE SOCIAL	219A	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	28.322,47	1.015,59	2.688,77
	21CE	IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	-	625.000,00	(100,00)
	8585	ATENCAO A SAUDE DA POPULACAO PARA PROCEDIMENTOS EM MEDIA E A	-	59.154,32	(100,00)
CONTR.PATRONAL PARA O PLANO SEG.SOC.SERV.PUB.	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	214.056.951,37	20.381.471,55	950,25
REC.VINC.A APPLIC.EM POLITICAS PUB.ESPECIFICAS	00P1	APOIO A RESIDENCIA EM SAUDE	768.660,05	-	-
Total			669.585.570,93	374.910.130,79	78,60

Fonte: Tesouro Gerencial 2022

De acordo com a tabela 24, as despesas orçamentárias apresentam variação positiva de 78,60%, influenciadas principalmente pelos recursos ordinários (Recursos Primários de Livre Aplicação), cujo aumento ao final do 1º trimestre de 2022 é de 104,97% em relação ao mesmo trimestre de 2021. No mesmo sentido, o montante das despesas vinculadas observa-se uma elevação da ordem de 40,70% ao final do 1º trimestre de 2022, influenciadas sobretudo, pelos dispêndios com a Previdência Social do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Nesse sentido, as despesas orçamentárias empenhadas com recursos ordinários, ou seja, aquelas de livre aplicação, tem como principal ação de governo os ativos civis da união, que correspondem a 49,63% do total das despesas orçamentárias ao final 1º trimestre de 2022. Nesta ação de governo específica, a rubrica de maior relevância é de vencimentos e vantagens fixas de pessoal, que apresenta uma elevação de 176,66% no 1º trimestre de 2022, ou seja, um aumento da ordem de R\$ 205 milhões.



No que tange a ação de governo relacionadas com as “Aposentadorias e Pensões Civis da União”, com recursos vinculados, destaca-se a elevação de aproximadamente R\$ 193 milhões no período, financiada integralmente com os recursos da contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público no exercício de 2022. Cabe destacar que a remuneração dos aposentados, que no ano anterior era financiada com recursos livres da seguridade social, passa a ser pago com a fonte de recursos da contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público nesse 1º trimestre de 2022.

Transferências Financeiras Concedidas

As transferências financeiras concedidas representaram 1,23% do dispêndio do Órgão e são impactadas principalmente pelas execuções orçamentárias, através dos sub-repasses concedidos entre as unidades gestoras da UFPEL e Hospital Escola. A finalidade desses sub-repasses entre a UFPEL e o HE, em geral, são para pagamento da folha de pessoal, visto que o recurso financeiro é recebido na unidade UFPEL e posteriormente sub-repassado ao Hospital Escola. Nesse sentido, ocorre o equilíbrio financeiro, já que é uma operação entre contas do mesmo órgão como podemos observar no Balanço Financeiro, cujo valor de R\$ 9.384.987,48 é o mesmo para as contas “Sub-repasse Concedido” e Sub-repasse Recebido”.

Pagamentos Extraorçamentários

Os dispêndios extraorçamentários compreendem aqueles pagamentos que não se submetem ao processo da execução orçamentária. Dentre esses, os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores compreendem tais dispêndios e representam 7,45% do total do desembolso financeiro do órgão ao final do 1º trimestre de 2022.

No que tange ao pagamento de Restos a Pagar Processados, destaca-se a importância de aproximadamente R\$ 55 milhões pagas até o final do 1º trimestre de 2022, montante que é 4,32% superior ao do mesmo trimestre de 2021. Tal valor, em grande parte, está associado a inscrição de RAP's do grupo de despesa de “Pessoal e Encargos Sociais”. Isso ocorre devido alteração na rotina de emissão de ordens bancárias estabelecida no fim de 2018. Em vista disso, o registo do pagamento da folha de pessoal da competência de dezembro de 2021 é refletido em janeiro de 2022.

Nos desembolsos relacionados ao Restos a Pagar Não Processados, estes apresentam redução de 62,45% ao término do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Isso é atribuído, em geral, a uma menor liquidação desses empenhos, como pode ser observado no Balanço Orçamentário. Desse modo, a redução de aproximadamente R\$ 6,7 milhões nas liquidações de empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados contribuíram para diminuição dos desembolsos com pagamentos extraorçamentários.

Resultado Financeiro

Segundo a lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará as receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie do exercício anterior e os que se transfere para o exercício seguinte. Com base nesse conceito, o resultado financeiro apresentado no Balanço Financeiro ao final do 1º trimestre de 2022 foi deficitário em R\$ 13.264.845,90. No entanto, este resultado não deve ser entendido como déficit financeiro do período, pois esta apuração é obtida no Balanço Patrimonial.

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 14 - Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

As Variações Patrimoniais Aumentativas no 1º trimestre de 2022 totalizaram um montante aproximado de R\$ 213 milhões. Esse montante é 1,66% inferior ao do valor apurado no mesmo período do ano anterior. Em relação a essa diminuição, pode ser atribuída, principalmente pelo ganho com ativos e desincorporação de passivos, que no período apresenta uma retração de 72,96% ao término do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021.

Nesse sentido, a desincorporação de passivo supracitada está relacionada com a finalização de prestações de contas de Termos de Execuções Descentralizadas (TED). Pode-se destacar o TED firmado junto ao



Fundo Nacional da Saúde em 2013, pelo montante aproximado de R\$ 12,5 milhões, cuja prestação de contas foi concluída em janeiro de 2021. Esse instrumento tinha como objetivo o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, por meio da educação e formação em saúde, além de fomentar o desenvolvimento de metodologias e tecnologias educacionais. Considerando que o montante de R\$ 12,5 milhões estava registrado no balanço patrimonial no passivo em “Demais Obrigações a Curto Prazo”, ao baixar o valor pela comprovação da aplicação do recurso ocasionou um registro de VPA de ganho com desincorporação de passivos. Assim, com um volume menor de conclusões de prestação de contas de TED no 1º trimestre de 2022 em relação à 2021, contribuiu para a diminuição de 72,96% do saldo de ganho com ativos e desincorporação de passivos.

Dentre o grupo de contas contábeis de maior representatividade na VPA, pode-se destacar “Transferências e Delegações Recebidas”, que perfaz um montante aproximado de R\$ 208 milhões, representando um saldo superior de aproximadamente 3,39% em relação ao mesmo trimestre de 2021. Neste grupo são registrados os valores financeiros recebidos através de repasse e sub-repasses dos órgãos do MEC e de outros ministérios do governo federal, refletindo contabilmente na conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial, viabilizando os pagamentos das despesas orçamentárias e extraorçamentárias do órgão no decorrer do exercício.

Também podemos salientar neste grupo de contas, as “Transferências Intragovernamentais”, que são oriundas de repasses e sub-repasses recebidos para execução da despesa orçamentária. A seguir é apresentada a tabela com a composição desse grupo de contas por unidade gestora:

Tabela 25 – Transferências Intragovernamentais por Unidade Gestora Executora – composição R\$ 1,00

Unidade Gestora Executora	1º tri 2022	1º tri 2021	AH(%)
UG 154047 Fundação Universidade Federal de Pelotas	194.114.475,97	188.954.694,80	2,73
UG 154145 Hospital Escola da UFPEL	11.658.447,39	11.919.219,04	-2,19
Total	205.772.923,36	200.873.913,84	2,44

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 25, a maior parte das Transferências Intragovernamentais concentra-se na unidade gestora da UFPEL, representando 94,33% do total das receitas recebidas com transferências, enquanto a unidade gestora Hospital Escola representa apenas 5,67% ao fim do 1º trimestre de 2022. Tais transferências geram contrapartida na conta contábil do ativo no BP, denominada “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”, que são segregados em diversas fontes de recursos para atender despesas de custeio, pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, investimentos e dentre outras despesas obrigatórias e discricionárias do órgão.

Enquanto que unidade gestora Hospital Escola apresenta diminuição de 2,19% de recebimento de Transferências Intragovernamentais, a unidade UFPEL registra aumento de 2,73% ao término do 1º trimestre de 2022. Essa elevação no saldo de recebimentos da UFPEL é atribuída principalmente, pelos recebimentos de recursos financeiro em fonte primária de livre de aplicação, cujo aumento é de 20,51% no período, dado que o valor registrado na referida fonte no 1º trimestre de 2021 é cerca de R\$ 111 milhões, enquanto que no mesmo trimestre de 2022 o saldo registrado é de aproximadamente R\$ 134 milhões.

Na tabela 26 é apresentado o grupo das principais contas que compõe o grupo de Transferências e Delegações Recebidas:

Tabela 26 – Transferências e Delegações Recebidas – Composição – R\$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
REPASSE RECEBIDO	193.485.657,37	181.996.904,21	6,31
SUB-REPASSE RECEBIDO	9.384.987,48	9.987.478,40	(6,03)
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA PGTO DE RP	2.781.732,73	8.096.628,13	(65,64)
MOVIMENTACOES DE SALDOS PATRIMONIAIS	120.545,78	792.903,10	(84,80)
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	45.212,96	-	-



TRANSF. INSTIT. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	27.181,50	-	-
DOACOES/TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.813.383,09	933.623,25	201,34
Total	208.658.700,91	201.807.537,09	3,39

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Em relação à tabela 26, a conta “Repasso Recebido” é a principal conta no grupo de “Transferências e Delegações Recebidas”, representando 92,73% dos valores recebidos. Grande parte deste montante corresponde a recursos financeiros oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC. Esses, impactam a conta “Caixa e Equivalente de Caixa” no Balanço Patrimonial, de modo a fazer frente ao pagamento de despesas discricionárias e obrigatórias do Órgão.

Ao Final do 1º trimestre de 2022, o “Repasso Recebido” apresenta aumento de 6,31% em relação ao mesmo trimestre de 2021, gerando variação positiva de cerca de R\$ 11,4 milhões. Por outro lado, o grupo de contas “Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar” é registrado retração de 65,64% em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal diminuição, pode ser justificada principalmente, pelos empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar, cujo saldo liquidado ao final do 1º trimestre de 2022 foi cerca de R\$ 6,7 milhões menor que o mesmo trimestre de 2021. Logo, uma menor liquidação desses empenhos inscritos em restos a pagar, enseja menor repasse financeiro para quitação desses passivos.

No que tange o grupo de contas “Doação/Transferências Recebidas” houve variação positiva de 201,34% ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação ocorreu devido ao volume de transferências de bens recebidos na unidade do Hospital Escola, os quais estavam registrados na unidade da UFPEL e que ao corrigir a situação dos bens móveis no sistema patrimonial exigiu lançamentos contábeis para evidenciar a movimentação entre as unidades gestoras do Órgão.

Ademais, integram aos saldos de doações recebidas, os valores dos bens oriundos de comodatos, passando a ser evidenciados em contas do ativo imobilizado em contrapartida as Variações Patrimoniais Aumentativas. Só no 1º trimestre de 2022, os bens recebidos em comodatos perfizeram um montante de aproximadamente R\$ 100 mil.

Nota 15 - Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) atingiram um montante de cerca de R\$ 213 milhões ao final do 1º trimestre de 2022, registrando uma elevação de 1,84% em comparação com o mesmo período de 2021. Como principais contas que contribuíram para esse aumento ao término do 1º trimestre de 2022, pode-se destacar os grupos de contas “Pessoal e Encargos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, que apresentam conjuntamente uma variação positiva de 7,10% no período.

Já a VPD relacionada com o grupo de contas de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, apresenta variação negativa em seu saldo ao final do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Esses grupos de contas supracitados são descritos com maior detalhamento na sequência.

A tabela 27 demonstra a VPD com as contas contábeis mais representativas do grupo Pessoal e Encargos Sociais:

Tabela 27 – VPD Pessoal e Encargos Sociais composição R\$ 1,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
GRATIFICACOES	41.273.639,40	39.789.487,58	3,73
VENCIMENTOS E SALARIOS	29.659.365,86	29.203.607,43	1,56
CONTRIBUICAO PATRONAL PARA O RPPS - INTRA	20.377.898,05	20.275.966,30	0,50
FERIAS - RPPS	9.977.990,00	9.744.582,18	2,40
13. SALARIO - RPPS	7.476.613,77	7.310.759,58	2,27
AUXILIO ALIMENTACAO	3.545.845,68	3.525.263,50	0,58
SENTENCAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	3.348.061,68	2.414.085,97	38,69
VENCIMENTOS E SALARIOS - CONTR. TEMPO DETERMINADO	1.445.923,69	978.847,25	47,72
ABONOS	1.367.857,76	1.323.935,91	3,32



ADICIONAIS	1.079.230,17	350.580,54	207,84
OUTRAS VPD'S PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.703.672,12	2.152.645,60	25,60
TOTAL	122.256.098,18	117.069.761,84	4,43

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 27, o grupo de contas “Pessoal e Encargos Sociais” registrou variação positiva de 4,43% no período em relação ao mesmo trimestre de 2021. Essa elevação teve como influência principal, o aumento de despesas com gratificações, cuja variação positiva dessa rubrica é de 3,73%, correspondendo a cerca de R\$ 1,4 milhão a mais que no mesmo trimestre de 2021.

Ademais, a rubrica de gratificações é a mais representativa do grupo Pessoal e encargos Sociais, corresponde a 33,76% do total das despesas de Pessoal e Encargos Sociais ao término do 1º trimestre de 2022. As Gratificações englobam as funções por exercício de cargo, por exercício de funções, tempo de serviço, incentivo a qualificação, exercício de cargo em comissão entre outras. Dentre elas, a Retribuição por Titulação (RT) é a mais significativa que compõe essa natureza de gasto, somando um montante aproximado de R\$ 34 milhões no período. As gratificações RT são aquelas devidas aos docentes da carreira do Magistério Superior em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada.

Outro grupo de contas que impacta significativamente as Variações Patrimoniais Diminutivas, é “Benefícios Previdenciários e Assistências. Tal grupo de contas, representa 29,58% das VPD's incorridas no 1º trimestre de 2022, com montante de aproximadamente R\$ 63,1 milhões.

A seguir é apresentada a tabela 28, com as principais contas que compõe o saldo do grupo “Benefícios Previdenciários e Assistências” ao final do primeiro trimestre de 2021.

Tabela 28 – VPD Benefícios Previdenciários e Assistências composição R\$ 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAIS	1ºtri 2022	1º tri 2021	AH%
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	40.911.133,45	40.069.454,61	2,10
PENSOES CIVIS	8.354.419,53	7.656.292,59	9,12
GRATIFICACOES	4.431.152,37	4.534.721,19	(2,28)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL16/91	3.982.113,31	3.925.761,22	1,44
SENTENCAS JUDICIAIS - APOSENTADORIAS RPPS	2.641.368,47	2.447.692,04	7,91
ASSISTENCIA A SAUDE	1.801.019,99	1.834.688,69	(1,84)
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL - PENSIONISTAS	705.377,47	647.774,27	8,89
AUXILIO FUNERAL	131.612,05	137.095,80	(4,00)
SENTENCAS JUDICIAIS - PENSOES RPPS	117.856,50	143.616,25	(17,94)
PENSOES INDENIZATORIAS - LEGISLACAO ESPECIAL	85.966,80	115.859,13	(25,80)
AUXILIO NATALIDADE	8.570,25	7.911,00	8,33
TOTAL	63.170.590,19	61.520.866,79	2,68

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Com base na tabela 28, esse grupo de VPD apresenta elevação de 2,68% ao fim do 1º trimestre de 2022, o que corresponde uma variação positiva de aproximadamente R\$ 1,6 milhão em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Essa elevação foi influenciada, principalmente, pela conta de “Proventos – Pessoal Civil”, com variação positiva de 2,10% no período, bem como pela rubrica de Pensões Civis registrando variação de 9,12%.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de contas contábeis “Uso de Bens, Serviços e Cons. de Capital Fixo”, comprehende o somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação do órgão, excetuando as despesas com pessoal e encargos, que são registradas em grupos específicos, como já demonstradas anteriormente na presente nota explicativa.



A seguir é apresentada a tabela com as principais contas que compõe o grupo “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

Tabela 29 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo – composição R\$ 1,00

VPD - BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE BENS DE CAPITAL	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
SERVICOS DE APOIO ADM, TECNICO E OPERACIONAL	3.503.979,76	4.688.049,22	(25,26)
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PF	1.420.951,69	103.454,81	1.273,50
MATERIAL DE CONSUMO IMEDIATO	1.029.200,77	1.196.572,22	(13,99)
SERV.AGUA E ESGOTO,ENER.ELETR.,GAS E OUTR.-PJ	841.372,21	1.007.967,81	(16,53)
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	638.805,37	839.276,95	(23,89)
LOCACAO E ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	571.758,57	605.230,44	(5,53)
SENTENCAS JUDICIAIS - SERVICOS TERCEIROS - PJ	206.920,78	844,52	24.401,58
OUTRAS VPD'S - SERV., BENS E CONS. DE BENS DE CAPITAL	727.936,80	1.296.617,13	(43,86)
TOTAL	8.940.925,95	9.738.013,10	(8,19)

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

De acordo com a tabela 29, O montante com VPD relacionado a “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” foi de aproximadamente R\$ 8,9 milhões. Esse saldo apresenta diminuição de 8,19% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, sendo influenciado principalmente pelas VPD's relacionadas a serviços.

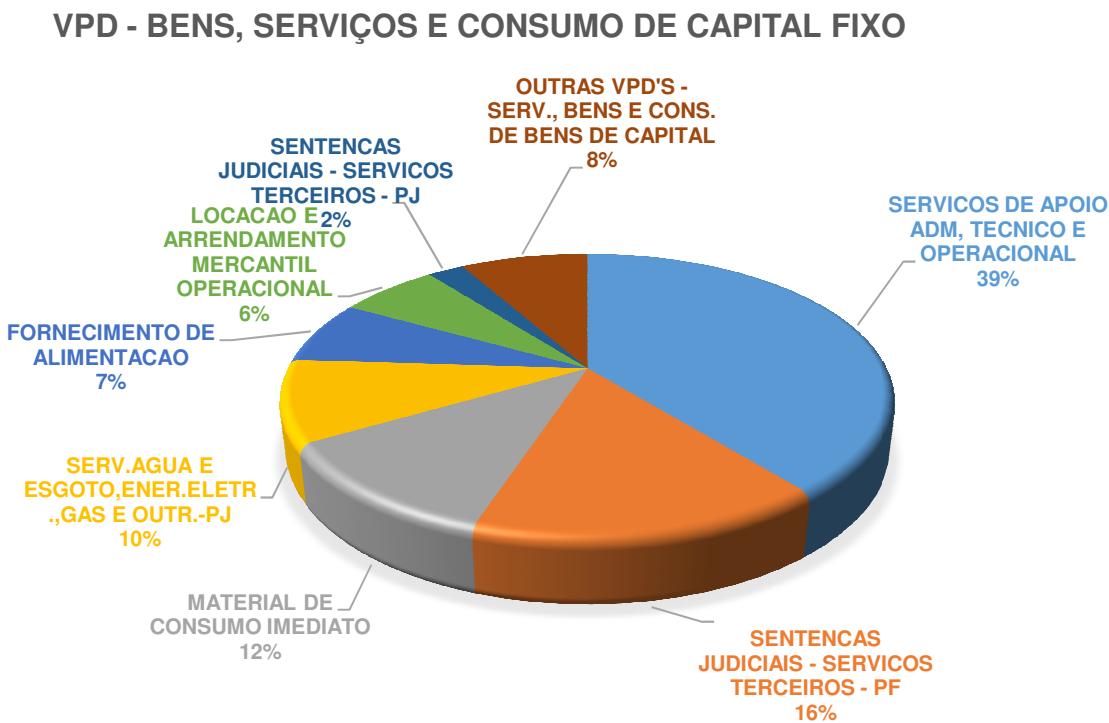
Destaca-se, que grande parte das contas elencadas na tabela 29 apresentaram retração no período, excetuando-se aquelas associadas a sentenças judiciais, tanto de pessoa física quanto de pessoa jurídica. Tais VPD's com sentenças judiciais apresentaram expressiva elevação ao término do 1º trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso é justificado pelo registro da atualização monetária dos precatórios relativos a 2020 e 2021 efetuado pelo Tribunal Regional Federal da 4º região.

Dentre as contas de VPD que contribuíram para diminuição do valor do grupo no período, pode-se destacar “Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, cuja variação negativa é de 25,26% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021, representam uma diminuição de aproximadamente R\$ 1,1 milhão. Atribui-se essa diminuição, principalmente, ao gasto relativo com locação de mão de obra (serviços terceirizados) que ao final do 1º trimestre de 2021 registrou gasto de R\$ 4,2 milhões e que ao final do 1º trimestre de 2022 registra gasto de R\$ 3,1 milhões. Esses serviços estão relacionados com a prestação de serviço limpeza, vigilância, portaria entre outros nos quais o contrato especifique o quantitativo de pessoal.

Uma outra redução significativa que contribuiu para a diminuição do valor do grupo de “Bens, Serviços, consumo de Capital Fixo” foi a VPD com “Fornecimento de Alimentação”. Nessa conta, é registrado o gasto com aquisições de refeições preparadas, no caso da UFPEL esse serviço terceirizado é prestado pelos Restaurantes Universitários (RU). Nesse contexto, registra-se diminuição de 23,89% na VPD de Fornecimento de Alimentação ao término do 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021. Essa diminuição é ocasionada pela contabilização do serviço de fornecimento de alimentação da competência de fevereiro/2022, cujo registro no SIAFI ocorreu em abril de 2022, não sendo, desse modo, contemplado nos gastos do 1º trimestre de 2022.

A seguir é apresentado o gráfico 03, que demonstra as principais contas que compõe a VPD de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo no 1º trimestre de 2022:

Gráfico 3 - Principais VPD's de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo do 1º trimestre de 2022



Fonte: Tesouro Gerencial 2022.

Nota 16 - Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio em cada exercício financeiro, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão utilizados para a consecução das suas políticas públicas e indica o resultado patrimonial do exercício, que é agregado ao Patrimônio Líquido - PL no grupo de “Resultados Acumulados” do item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio, à exceção dos fatos permutativos e dos ajustes de exercícios anteriores (que têm como contrapartida o PL, sem passar pelo resultado).

Nesse sentido, a UFPEL no 1º trimestre de 2022 apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 294 mil, em função das variações patrimoniais diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) terem sido inferiores às variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) conforme ilustrado na tabela 30.

Tabela 30 – DVP: Resultado patrimonial do período R\$1,00

Demonstração Variações Patrimoniais	1º tri 2022	1º tri 2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	213.555.955,49	217.160.970,97	-1,66
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	-213.261.774,91	-209.415.221,48	1,84
Resultado Patrimonial do Período	294.180,58	7.745.749,49	-96,20

Fonte: SIAFI 2022.

3.5 Notas Explicativas da Demonstração Dos Fluxos De Caixa – DFC

Nota 17 - Ingressos de Caixa

A União, por adotar o princípio da unidade de caixa (Conta Única), tem a geração líquida de caixa e equivalente de caixa apresentada na Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC) o resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

Neste contexto, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa gerada nas atividades de Operações, Investimento e Financiamento foi negativa em R\$ 13,2 milhões ao final do 1º trimestre de 2022. A geração líquida de caixa variou 9,33% em relação ao mesmo período do exercício anterior, em virtude do saldo menor do caixa e equivalente caixa final no 1º trimestre de 2022. A seguir, é demonstrado a tabela 31 com os saldos iniciais e finais de caixa e equivalente de caixa.

Tabela 31 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa – Saldo Inicial e Final composição R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO BF X DFC	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	56.214.582,57	58.347.197,38	-3,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	42.949.736,67	46.214.509,82	-7,06
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-13.264.845,90	-12.132.687,56	9,33

Fonte: SIAFI 2022.

De acordo com a tabela 31, a variação positiva de 9,33% na geração líquida de caixa é explicada, em especial, pelos saldos de caixa e equivalente de caixa final que apresentou retração de 7,06% em comparação com o mesmo trimestre de 2021. Ademais, esses saldos tiveram como principal influência o fluxo de caixa das atividades operacionais, cujos desembolsos apresentam aumento de aproximadamente R\$ 7,3 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2021.

Essa elevação no movimento de fluxo de caixa das atividades operacionais pode ser atribuída principalmente, pelos desembolsos com pessoal e demais despesas correntes na função educação, cuja variação positiva é de 6,38%, correspondendo aproximadamente R\$ 7,7 milhões a mais do que no 1º trimestre de 2021.

Na sequência, são apresentadas a descrição das atividades que contribuem para a formação de caixa do e equivalente de caixa órgão.

Atividades operacionais: compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

Atividades de investimento: estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Atividades de financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes

A seguir é apresentada os fluxos de caixa por atividades, que contribuem para o aumento na formação de caixa do órgão, conforme tabela 32 transcrita abaixo:

Tabela 32 - Geração de Caixa e Equivalente de Caixa por Atividades composição R\$ 1,00

Atividades	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-11.678.189,52	-9.842.814,80	18,65



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.586.656,38	-2.289.872,76	-30,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
Total	-13.264.845,90	-12.132.687,56	9,33

Fonte: SIAFI 2022.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais compreende os ingressos e desembolsos de recursos orçamentários e extraorçamentários que impactam as entradas e saídas de caixa, influenciando os recebimentos e pagamentos orçamentários e extraorçamentários do órgão.

Dos ingressos, destaca-se o grupo de conta denominado “Outros Ingressos Operacionais”, que contribuem com 99,62% das entradas de caixa, perfazendo um montante aproximado de R\$ 206 milhões. Esse volume de recurso é 2,6% superior ao do 1º trimestre de 2021. Entre as contas que compõe esse grupo, podemos salientar as “Transferências Financeiras Recebidas” cujos ingressos, de maneira geral, são oriundos da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC e dos demais órgãos da Administração Pública. Tais recursos financeiros são destinados para pagamentos de despesas orçamentárias e extraorçamentárias (Restos a Pagar) do ano corrente, bem como de compromissos assumidos em exercícios anteriores.

A seguir, é apresentada a tabela 33 elencando as receitas denominadas “próprias”, ou seja, aquelas que são arrecadadas diretamente pelo órgão:

Tabela 33 - Receitas Originárias e Derivadas composição R\$ 1,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
Receita Patrimonial	42.505,61	52.073,00	-18,37
Receita Agropecuária	480,00	11.500,00	-95,83
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	653.745,00	386.948,10	68,95
Remuneração das Disponibilidades	-	6.065,32	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	20.372,68	5.552,10	266,94
Transferências Recebidas	72.394,46	-	-
TOTAL	789.497,75	462.138,52	70,84

Fonte: SIAFI 2022.

Na tabela 33, estão demonstrados os ingressos provenientes de receitas denominadas “próprias” do Órgão, que impactaram o caixa e equivalente de caixa ao término do 1º trimestre de 2022. Estas entradas de caixa registram acréscimo de 70,84% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior. Essa elevação no ingresso de receitas próprias é influenciada, principalmente, pela “Receitas de Serviços”, que apresentam aumento de 68,95% 1º trimestre de 2022 se comparado com mesmo trimestre de 2021. Tais receitas correspondem aos ingressos originados de serviços administrativos e comerciais gerais, taxa de inscrição em processos seletivos, serviços de informática e tecnologia, as quais são detalhadas nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Outra natureza de receita que contribuiu para elevação de ingressos no caixa e equivalente de caixa foram “Outras Receitas Derivadas e Originárias”, cuja acréscimo é de 266,94% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Essas receitas referem-se a multas e juros previstos em contratos, restituições provenientes de convênios, bem como outras restituições.

Nota 18 – Desembolsos

Os desembolsos na Demonstração do Fluxo de Caixa são apresentados pela função¹ de governo e não pelo elemento de despesa (categoria econômica) como ocorre no Balanço Orçamentário.

¹ A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica, considerando-se que suas competências institucionais podem envolver mais de uma área de despesa. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação. Portaria Interministerial SOF/STN nº 163/2001 e Manual Técnico de Orçamento.<http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoesorcamentarias/mto>



Assim, com base nesse conceito, ao final do 1º trimestre de 2022 os desembolsos das atividades operacionais (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos) totalizam cerca de R\$ 218 milhões, correspondendo a 3,5% a mais do que no mesmo trimestre de 2021. Desse montante, destacam-se os desembolsos relacionados com a função Educação, que representa 59,44% das saídas de caixa e equivalente de caixa das atividades operacionais ao final do 1º trimestre de 2022.

A seguir é apresentada a tabela 34 com os desembolsos incorridos nos fluxos de caixa das atividades operacionais no 1º trimestre de 2022:

Tabela 34 – Desembolsos das Atividades Operacionais

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
DESEMBOLSOS	-218.643.013,16	-211.257.914,70	3,5
Pessoal e Demais Despesas	-186.841.808,95	-177.718.401,25	5,13
Previdência Social	-56.725.176,96	-54.632.109,45	3,83
Saúde	-44.608,04	-100.309,47	-55,53
Educação	-129.950.956,19	-122.156.214,86	6,38
Gestão Ambiental	-51.400,02	-721.547,75	-92,88
Transporte	-400,05	-	-
Encargos Especiais	-85.966,80	-115.859,13	-25,80
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	16.699,11	7.639,41	118,59
Transferências Concedidas	-21.979.410,17	-21.499.794,23	2,23
Intragovernamentais	-21.950.261,00	-21.475.936,06	2,21
Outras Transferências Concedidas	-29.149,17	-23.858,17	22,18
Outros Desembolsos Operacionais	-9.821.794,04	-12.039.719,22	-18,42
Dispêndios Extraorçamentários	-241.021,06	-15.369,56	1.468,17
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-9.580.772,98	-12.024.349,66	-20,32

Fonte: SIAFI 2022.

Dentre os desembolsos elencados na tabela 34, destaca-se “Gestão Ambiental” que demonstra retração de 92,88% no período em relação ao mesmo trimestre de 2021. Isso é atribuído, em especial, pelo valor dos desembolsos com serviços técnico e operacional para manutenção das atividades da Barragem da Eclusa do Canal São Gonçalo. Tais recursos são oriundos da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano, recebidos através do Termo de Execução Descentralizada 70/2020, cuja vigência é de outubro de 2020 a julho de 2023.

Sobre a função “Educação”, podemos detalhar os desembolsos por subfunção, o que representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e evidencia cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupam em torno das funções.

A tabela 35 demonstra os desembolsos por subfunções que compõe a função de educação:

Tabela 35 - Subfunções da função educação composição R\$ 1,00

FUNÇÃO GOVERNO	SUBFUNÇÃO GOVERNO	1º tri 2022	1º tri 2021	AH%
EDUCACAO	ADMINISTRACAO GERAL	20.000,00	2.023,00	888,63
	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	37.852,96	256.138,35	-85,22
	ATENCAO BASICA	5.992.040,10	4.663.920,23	28,48
	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.021.117,17	8.200.147,38	-2,18
	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		1.355.062,36	-100,00
	ENSINO SUPERIOR	115.837.725,96	107.610.679,82	7,65
	EDUCACAO BASICA	42.220,00	68.243,72	-38,13
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	-	-	-
Total		129.950.956,19	122.156.214,86	6,38

Fonte: Tesouro Gerencial 2022.



Com base na tabela 35, é possível conhecer os desembolsos relacionados aos fluxos de caixa das atividades operacionais por subfunção. A subfunção é a participação da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela. Tendo em vista que a UFPEL é um órgão que desempenha atividades do ensino, pesquisa e extensão, seus desembolsos na função educação concentram-se na subfunção de ensino superior. Logo, essa subfunção representa 89,14% dos gastos com a função educação. Ainda sobre o ensino superior, constata-se aumento de 7,65% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal elevação, está associada, principalmente aos gastos de pessoal e encargos sociais, especialmente, com vencimentos e vantagens fixas, cujo aumento é de aproximadamente R\$ 3,4 milhões em relação ao mesmo trimestre de 2021.